



ACADEMIA MILITAR

A importância da presença da Guarda Nacional Republicana na segurança das populações: Pontos de Proximidade ao Cidadão

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Filipe Miguel Carvalho Afonso

Orientador: Major de Infantaria da GNR Paulo Alexandre Severino José

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2018



ACADEMIA MILITAR

A importância da presença da Guarda Nacional Republicana na segurança das populações: Pontos de Proximidade ao Cidadão

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Filipe Miguel Carvalho Afonso

Orientador: Major de Infantaria da GNR Paulo Alexandre Severino José

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, setembro de 2018**

EPÍGRAFE

“A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente
irão com certeza perder o futuro.”
(John F. Kennedy, 1917-1963)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, que não mediu esforços para me ajudar
nesta etapa tão importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

As palavras que se seguem, são de um profundo agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho de investigação, sem os quais não seria possível a sua realização. Desde já expresso a minha sentida gratidão e reconhecimento.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, o Sr. Major Paulo José, pela enorme dedicação, esforço e compromisso na orientação prestada. Nestes longos meses de trabalho, esteve sempre disponível, garantindo uma celeridade de resposta e auxílio.

Agradeço também à direção dos cursos da GNR na academia militar, em especial ao Sr. Tenente- Coronel Gonçalo Carvalho, pelo auxílio prestado na escolha do tema.

A sua Excelência o Sr. Tenente- General Rui Clero, pela sua disponibilidade em despendar do seu escasso tempo para me receber e dar resposta à entrevista.

Ao Sr. Coronel Luís Rasteiro, pela sua prontidão e disponibilidade em me receber e dar a conhecer o projeto piloto, Vídeo Porteiro, implementado no seu Comando.

Ao Sr. Tenente- Coronel Mário Guedelha, pela sua disponibilidade na recolha de todos os documentos solicitados, sobre a força congénere *Guardia Civil*.

A todos os Comandantes de Destacamento Territorial entrevistados, nomeadamente ao Sr. Capitão Luís Mirandez, ao Sr. Capitão Élio Rosado, ao Sr. Tenente João Gaspar e ao Sr. Tenente Ricardo Monteiro, agradeço o tempo disponibilizado para me darem resposta à entrevista, contribuindo com a sua experiência e guiarem a minha investigação.

A todos os Presidentes e Vice-Presidentes de Câmaras Municipais, nomeadamente à Sra. Presidente Maria Safara e ao Sr. Vice-Presidente Manuel Carrilho da Câmara Municipal de Mourão, ao Sr. Vice-Presidente João Rodrigues da Câmara Municipal de Évora, ao Sr. Presidente Álvaro Azedo da Câmara de Moura e ao Sr. Presidente Paulo Arsénio da Câmara de Beja.

A todos os camaradas do XXIII Curso de Formação de Oficiais, pelo seu apoio e camaradagem prestados ao longo deste ciclo, de cinco anos de estudo.

A toda a minha família e amigos que sempre me ajudaram ao longo desta caminhada, foram sem dúvida o grande pilar, o meu suporte ao longo desta enorme jornada.

A todos, o meu sincero Obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada, subordinado ao tema “ A importância da presença da Guarda Nacional Republicana na segurança das populações: Pontos de Proximidade ao Cidadão”, pretende contribuir para a modernização da instituição, olhando atentamente sobre a realidade do interior por forma a adaptar-se à mesma.

O objetivo geral proposto, versa investigar a importância da presença da Guarda Nacional Republicana em zonas de menor densidade populacional, de forma a perceber se a implementação de Pontos de Proximidade ao Cidadão será uma solução plausível em zonas rurais do território português.

Esta investigação caracteriza-se por apresentar uma estratégia de investigação qualitativa, assim iniciamos esta investigação pelo enquadramento teórico que nos serviu de sustento empírico, tendo em conta a escassez de pesquisa sobre a temática. Primeiramente centramo-nos em definir, os desafios que fazem frente à segurança, de seguida abordamos a estratégia da Guarda, para percebermos quais as medidas a por em prática para fazer face aos desafios e ameaças que vão surgindo, por último referimos os modelos de policiamento, dando ênfase ao policiamento de proximidade que é o pilar do nosso trabalho. Analisámos também, a nossa força congénere *Guardia Civil*, elencando algumas das medidas implementadas em prol do cidadão.

Seguiu-se uma parte prática, onde procurou-se junto de diversas entidades reconhecidas no universo das forças de segurança e poder autárquico/local, realizar entrevistas semiestruturadas, com vista a esclarecer e compreender as perceções dos entrevistados sobre o fenómeno em análise. A informação alcançada revelou ser muito proveitosa, pois permitiu não só acrescentar conhecimento, como permitiu complementar as conclusões retiradas da análise documental.

É notório realçar a importância dada, pelas populações do interior, à presença da guarda, tanto ao nível do patrulhamento, como também pela defesa da manutenção dos Postos Territoriais, a luta pela garantia dos serviços públicos abertos nas suas localidades.

Do ponto de vista institucional, interessa referir a necessidade de uma reestruturação da matriz territorial, pois não se encontra adaptada à realidade dos dias de hoje.

Concluimos que, tendo por base os dois pontos de vista, o da população associado ao contributo das autoridades autárquicas e o contributo institucional recolhido entre os entrevistados, a implementação de Pontos de Proximidade ao Cidadão em localidades com um menor aglomerado populacional, poderá ser proveitosa para ambas as realidades pois é garantida a presença do militar, tal como a continuação da prestação de um serviço de atendimento, o que a nível institucional se traduzirá numa maior concentração de efetivos, que permitirá a sua rentabilização.

Palavras- Chave: Segurança, Proximidade, População, Restruturação, Interior.

ABSTRACT

The present work of applied research, about the theme "The importance of the presence of the National Republican Guard in the security of the populations: Points of Proximity to the Citizen", intends to contribute to the modernization of the institution, looking closely at the reality of the interior in order to adapt the same.

The general objective proposed is to investigate the importance of the presence of the National Republican Guard in areas of lower population density, in order to understand if the implementation of Proximity Points to the Citizen will be a plausible solution in rural areas of the Portuguese territory.

This research is characterized by presenting a qualitative research strategy, so we started this research by the theoretical framework that served as empirical support, taking into account the scarcity of research on the subject. First we focus on defining the challenges facing security, then we approach the strategy of the Guard, to understand what measures to put into practice to face the challenges and threats that are emerging, finally we refer to the models of policing , giving emphasis to the policing of proximity that is the pillar of our work. We have also analyzed, our Civil Guard counterpart force, listing some of the measures implemented in favor of the citizen.

It was followed by a practical part, where semi-structured interviews were carried out with several recognized entities in the universe of the security forces and autarchic / local power, in order to clarify and understand the perceptions of the interviewees about the phenomenon under analysis. The information obtained proved to be very useful, since it allowed not only to add knowledge, but also to complement the conclusions drawn from the documentary analysis.

It is noteworthy to emphasize the importance given by the people of the interior to the presence of the guard both in terms of patrolling and defense of the maintenance of the Territorial Stations, the struggle for the guarantee of public services open in their localities.

From the institutional point of view, it is important to mention the need for a restructuring of the territorial matrix, since it is not adapted to the reality of today.

We conclude that, based on the two points of view, that of the population associated with the contribution of the local authorities and the institutional contribution gathered among the interviewees, the implementation of Citizen Proximity Points in places with a smaller population cluster could be useful for both realities because the presence of the military is guaranteed, as well as the continuation of the provision of an assistance service, which at the institutional level will translate into a greater concentration of personnel, which will allow their profitability.

Key words: Security, Proximity, Population, Restructuring, Interior.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
CAPÍTULO 1 Desafios da segurança numa sociedade globalizada	4
1.1. INTRODUÇÃO.....	4
1.2. GLOBALIZAÇÃO.....	4
1.3. SOCIEDADE E SEGURANÇA.....	6
1.4. DESERTIFICAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	8
1.5. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	9
CAPÍTULO 2 GNR na segurança das populações	10
2.1. INTRODUÇÃO.....	10
2.2. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	10
2.3. CARATERIZAÇÃO DA MATRIZ TERRITORIAL DA GNR.....	12
2.4. ESTRATÉGIA DA GUARDA 2020	13
2.4. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	17
CAPÍTULO 3 Modelos de policiamento	19
3.1. INTRODUÇÃO.....	19
3.2. A EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE POLICIAMENTO	19
3.3. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM ESPANHA: <i>GUARDIA CIVIL</i>	22

3.4. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	26
PARTE II – PRÁTICA	27
CAPÍTULO 4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	27
4.1. INTRODUÇÃO.....	27
4.2. MÉTODO DE ABORDAGEM AO PROBLEMA E JUSTIFICAÇÃO	28
4.3. TÉCNICAS, PROCEDIMENTOS E MEIOS UTILIZADOS	29
4.4. AMOSTRAGEM: COMPOSIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO.....	30
4.5. MEIOS E PROCEDIMENTOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS.....	31
CAPÍTULO 5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
5.1. INTRODUÇÃO.....	33
5.2. IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS, LOCAL E DATA DA RECOLHA DE DADOS	33
5.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	34
5.3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 1	34
5.3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 2	35
5.3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 3	36
5.3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 4	37
5.3.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 5	38
5.3.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 6	39
5.3.7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 7	40
5.3.8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 8	41
5.3.9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 9	42
5.3.10 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA QUESTÃO N.º 10.....	43
5.4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	43
5.5. ANÁLISE <i>SWOT</i>	46
CAPÍTULO 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	47
6.1. INTRODUÇÃO.....	47
6.2. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DERIVADAS	47
6.3. RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA	50
6.4. CONFIRMAÇÃO DOS OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	51
6.5. REFLEXÕES FINAIS.....	51
6.6. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	52
6.7. RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	52
BIBLIOGRAFIA	53

APÊNDICES	I
APÊNDICE A- MODELO DE ANÁLISE	II
APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUÃO DE ENTREVISTA	III
APÊNDICE C - ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	VII
C.1- CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DAS ENTREVISTAS	VII
C.2 - ANÁLISE DE CONTEÚDO POR QUESTÃO	IX

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivo Geral e Objetivos específicos para a investigação	2
Quadro 2 - Características da Globalização (Campos & Canavezes, 2007, p. 11)	5
Quadro 3 - Interpretação do nº1 do artigoº1 da Lei nº 53/2008 (Assembleia da República [AR], 2008).....	7
Quadro 4 - Segurança e Insegurança (Alves, 2008, p.65)	11
Quadro 5 - Análise SWOT estratégia 2020 GNR (2014, p.35-43)	14
Quadro 6 - Objetivos Estratégicos GNR (2014, p.78-80).....	16
Quadro 7 - Modelos de policiamento (Oliveira, 2006, p.98-100)	20
Quadro 8 - Dimensões da Proximidade (Oliveira, 2006, p.85-86)	21
Quadro 9 - Critérios guia para a implementação de um Posto Auxiliar pela Guardia Civil (GC, 1998, p.5).....	24
Quadro 10 - Serviços prestados por um Posto da Guardia Civil (GC, 1998, p.3).....	25
Quadro 11 - Pergunta de partida e Perguntas Derivadas.	29
Quadro 12 - Identificação dos Entrevistados, Local e Data da Recolha de Dados.	33
Quadro 13 - Análise SWOT	46
Quadro 14 - Modelo de análise	II
Quadro 15 - Codificação alfanumérica das entrevistas	VII
Quadro 16 - Análise de conteúdo da questão nº 1 da entrevista	IX
Quadro 17 - Análise de conteúdo da questão nº 2 da entrevista	X
Quadro 18 - Análise de conteúdo da questão nº 3 da entrevista	XI
Quadro 19 - Análise de conteúdo da questão nº 4 da entrevista	XIII
Quadro 20 - Análise de conteúdo da questão nº 5 da entrevista	XIV
Quadro 21 - Análise de conteúdo da questão nº 6 da entrevista	XV
Quadro 22 - Análise de conteúdo da questão nº 7 da entrevista	XVII
Quadro 23 - Análise de conteúdo da questão nº 8 da entrevista	XVIII
Quadro 24 - Análise de conteúdo da questão nº 9 da entrevista	XVIII
Quadro 25 - Análise de conteúdo da questão nº 10 da entrevista.....	XIX

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Matriz de análise da pergunta 1.....	35
Tabela 2 - Matriz de análise da pergunta 2.....	36
Tabela 3 - Matriz de análise da pergunta 3.....	37
Tabela 4 - Matriz de análise da pergunta 4.....	38
Tabela 5 - Matriz de análise da pergunta 5.....	39
Tabela 6 - Matriz de análise da pergunta 6.....	40
Tabela 7 - Matriz de análise da pergunta 7.....	41
Tabela 8 - Matriz de análise da pergunta 8.....	41
Tabela 9 - Matriz de análise da pergunta 9.....	42
Tabela 10 - Matriz de análise da pergunta 10.....	43

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES	I
APÊNDICE A- MODELO DE ANÁLISE	II
APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUÃO DE ENTREVISTA	III
APÊNDICE C - ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	VII
C.1- CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DAS ENTREVISTAS	VII
C.2 - ANÁLISE DE CONTEÚDO POR QUESTÃO	IX

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

	C	
Cap.		Capítulo
C.M.		Câmara Municipal
CRP		Constituição da República Portuguesa
CTer		Comando Territorial
DUDH		Declaração Universal do Direitos Humanos
	D	
DTer		Destacamento Territorial
	E	
E		Entrevistado
EBSCO		<i>Elton Bryson Stephens Company</i>
	F	
FSS		Forças e Serviços de Segurança
	G	
GC		<i>Guardia Civil</i>
GNR		Guarda Nacional Republicana
	H	
H		Hipótese
	I	
INE		Instituto Nacional de Estatística
	M	
MAI		Ministro da Administração Interna
MD		Ministro da Defesa
	N	
Nº		Número
	O	
OG		Objetivo Geral
OE		Objetivo Específico

O.E.		Objetivo Estratégico
OFIPOL		Oficina Policial Permanente
	P	
p.		Página
PD		Pergunta Derivada
PN		Polícia Nacional
PP		Pergunta de Partida
Pter		Posto Territorial
	R	
RCAAP		Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal
	S	
Sr.		Senhor
SWOT		<i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
	T	
TIA		Trabalho de Investigação Aplicada

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar de um ciclo de estudos, enquadrado na estrutura curricular do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR) e está subordinado ao tema: “A importância da presença da Guarda Nacional Republicana na segurança das populações: Pontos de Proximidade ao Cidadão”.

Esta investigação tem como finalidade, a aplicação dos diversos conhecimentos adquiridos durante o ciclo de estudos da Academia Militar, bem como desenvolver metodologias de pesquisa e de investigação sobre um tema de interesse para a GNR.

Esta temática insere-se, na estratégia 2020 da Guarda, com o objetivo de modernizar a instituição e torná-la mais próxima do cidadão. Pretende-se alcançar uma guarda próxima, humana e de confiança, não deixando de parte as zonas com menor densidade populacional, dado que é da responsabilidade da instituição, zelar pela segurança e o bem-estar de todos os cidadãos.

Como a GNR é uma força de segurança de natureza militar, que tem por missão garantir, a segurança interna e os direitos dos cidadãos (Assembleia da República [AR], 2007). A área sob responsabilidade da Guarda é atualmente 94% do território nacional, o que corresponde a 53,8% de população portuguesa residente (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014) e realçando a importância de GNR nas zonas interiores do território nacional surge esta temática com a pertinência de verificar, qual a viabilidade da presença da Guarda, através dos pontos de proximidade ao cidadão, idealizando-se estes como salas ou infraestruturas disponibilizadas por entidades públicas (Juntas de Freguesias, Câmaras Municipais, Repartição de Finanças, etc.) nestes territórios com menor densidade populacional, com o objetivo de garantir proximidade, presença e contato com o cidadão.

As alterações demográficas que o país tem sofrido nos últimos trinta anos, com a deslocação das populações do interior para o litoral, desertificando as pequenas vilas e aldeias, em favor da concentração nas grandes metrópoles, criou a ideia, de que os Postos Territoriais deixam de se justificar nas localidades onde as populações foram reduzindo (Branco, 2010). No entanto, tal como referido anteriormente nessas zonas ficaram

maioritariamente, as populações envelhecidas, carenciadas e mais vulneráveis, onde a presença da GNR é, para além de um fator criador do sentimento de segurança, uma presença de proximidade que não deve ser menosprezada, a par da outra missão, não menos relevante, a vigilância de todo o território que por vezes assegura a única presença soberana do Estado (Branco, 2010).

É neste sentido que realço a importância, desta investigação, uma vez que procurará revelar quais, os pontos de vista em relação a uma possível implementação destes Pontos de Proximidade ao Cidadão. Serão realizadas entrevistas dentro e fora da instituição, na medida em que, uma mudança só será bem aceite se for benéfica para ambas as partes, para a instituição GNR e para o cidadão que irá usufruir deste serviço.

Após a apresentação da temática, a respetiva motivação para a escolha e a pertinência do mesmo, definiu-se o objetivo geral (OG) da investigação: Investigar a importância da presença da GNR em zonas de menor densidade populacional, de forma a perceber se a implementação de pontos de proximidade ao cidadão, será uma solução plausível em zonas rurais do território português.

Determinamos também alguns objetivos específicos (OE), que se encontram explanados no seguinte quadro:

Quadro 1 - Objetivo Geral e Objetivos específicos para a investigação

OG	Investigar a importância da presença da GNR em zonas de menor densidade populacional, de forma a perceber se a implementação de pontos de proximidade ao cidadão, será uma solução plausível em zonas rurais do território português.
OE 1	Identificar os principais desafios que a segurança interna enfrenta com a evolução da sociedade.
OE 2	Analisar a evolução da GNR, nos últimos anos, para o sentimento de segurança da população, em especial nas zonas de menor densidade populacional.
OE 3	Caracterizar e descrever os pontos de proximidade ao cidadão.
OE 4	Analisar a influência da implementação dos pontos de proximidade ao cidadão, no apoio à atividade operacional da GNR, nas zonas de menor densidade populacional.

Fonte: Elaboração Própria.

De forma a orientarmos o estudo estabelecemos uma pergunta de partida, na qual o “investigador tenta exprimir, o mais exatamente possível, o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.32). Neste sentido, abordamos esta temática com a seguinte pergunta de partida (PP): Serão os pontos de proximidade uma

solução plausível a implementar, nas zonas de menor densidade populacional do território português?

De maneira a estruturar esta tese baseamo-nos na interpretação da NEP 522/1ª-Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação, aprovada pelo Exmo. Comandante da Academia Militar em 20 de janeiro de 2016, estruturando-se assim o trabalho em três partes, a pré-textual, a textual e a pós-textual.

Focando-nos na parte textual, esta foi estruturada em duas partes. Na primeira, a parte teórica, foi elaborado o enquadramento teórico sobre o tema, na segunda, parte a prática, foi realizado o trabalho de campo para alcançar as conclusões finais.

Relativamente à primeira parte, esta foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, está relacionado com os desafios que se apresentam à segurança interna, relacionando com o fenómeno da globalização, referindo as consequências do mesmo e com a desertificação rural e com a perda da população para as grandes metrópoles.

No segundo capítulo, resolvemos centrar-nos na instituição GNR, onde primeiramente verificamos, qual o seu contributo para garantir uma diminuição do sentimento de insegurança. De modo a perceber quais as medidas que estão a ser implementadas ou em vias de implementar dedicamo-nos a interpretar, a estratégia 2020 da Guarda, que nos permitiu enquadrar o tema com a estratégia de proximidade ao cidadão, visto ser finalidade da instituição, dar passos para tornar-se uma força humana, próxima e de confiança.

Por último o capítulo final do enquadramento, leva-nos a perceber qual o caminho dos modelos de policiamento, de forma a culminar no policiamento de proximidade, ponto fulcral para o nosso estudo. De seguida tal como o estudo elaborado na estratégia 2020, fomos observar a nossa congénere *Guardia Civil*, de forma a perceber quais as medidas implementadas para alcançar uma maior proximidade para com o cidadão.

Avançamos depois para a segunda parte, a parte prática, esta divide-se em dois capítulos, o primeiro diz respeito à metodologia, nele definimos qual o percurso a percorrer, com o objetivo de alcançar as conclusões da investigação, assim depois de delineado o trajeto partimos para o trabalho de campo e materializamos o capítulo da análise e discussão dos resultados, através do estudo dos dados provenientes das entrevistas.

Por fim são retiradas as conclusões para esta investigação, que contemplam a reflexão sobre os resultados apurados e são finalmente alcançadas as respostas que nos propusemos a alcançar. Terminamos com algumas recomendações para futuros trabalhos.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1

Desafios da segurança numa sociedade globalizada

1.1. Introdução

Ao longo deste capítulo abordaremos alguns dos desafios à segurança, desafios esses que colocam à prova a sociedade e que a compelem a adaptar-se e a ultrapassar as diversas dificuldades.

Os desafios que iremos analisar são o fenómeno da globalização, a relação entre a sociedade e a segurança e por último a desertificação das zonas rurais, em prol da concentração da população nas grandes metrópoles.

1.2. Globalização

Numa sociedade globalizada, a segurança enfrenta diversos desafios, pois é cada vez mais um bem público que deve ser coproduzido pelo conjunto dos atores sociais (Oliveira, 2006). Tendo em linha de análise todos os desafios associados à questão da segurança, devem as instituições, como é o exemplo da GNR, adaptar a sua resposta às necessidades de segurança dos cidadãos e do próprio Estado.

O fenómeno globalização “trata-se da intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais, são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa” (Giddens, 1996, p.45). A globalização é um processo, ou um conjunto de processos, que resulta do desenvolvimento tecnológico, essencialmente na área dos sistemas de informação, ou das comunicações, e na área dos transportes (Bispo, 2017), isto é o resultado da evolução verificada nas tecnologias dos transportes e das comunicações.

A globalização não é apenas algo vulgar, remoto e afastado do indivíduo, é também um fenómeno interior, que influencia aspetos íntimos e pessoais das nossas vidas (Giddens, 2006). Esta corresponde a um fenómeno e a um desiderato, um fenómeno porque aparece e transparece toda uma multiplicidade de manifestações ocorrendo em diferentes tabuleiros e segundo conexões intrínsecas, nem sempre imediatamente perceptíveis, é também um desiderato, porque pretende expandir essa forma estruturante de organização, cimentando como dispositivo único e sem alternativa, tanto no plano da facticidade, como na esfera das ideias que a refletem, avaliam e perspetivam (Barata-Moura, 2008).

A consciência de aldeia global e o fenómeno de globalização resulta de uma revolução tecnológica, infraestrutural e económica, embora a globalização não seja nem deva ser considerada como um facto da natureza, e portanto um fenómeno com uma origem e uma inevitabilidade que a tornem inelutável e irreversível, no entanto é assim considerada, associada a um impulso, o mesmo que está na origem do avanço tecnológico que forçam os limites e alimentam a extensão e a intensidade da mudança (Machado, 2001).

Embora sejam múltiplas as abordagens para o termo globalização os aspetos comuns que se destacam são os seguintes:

Quadro 2 - Características da Globalização (Campos & Canavezes, 2007, p. 11)

Globalização
Trata-se de um processo / fenómeno à escala mundial
Crescente interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos do mundo inteiro, não só na esfera das relações económicas, mas também ao nível da interação social e política. Ou seja, acontecimentos, decisões e atividades em determinada região do mundo têm significado e consequências em regiões muito distintas do globo.
Desterritorialização, ou seja, as relações entre os homens e entre instituições, sejam elas de natureza económica, política ou cultural, tendem a desvincular-se das contingências do espaço
Os desenvolvimentos tecnológicos que facilitam a comunicação entre pessoas e entre instituições e que facilitam a circulação de pessoas, bens e serviços, constituem um elemento crucial da Globalização

Fonte: Elaboração Própria.

Nada do que se passa hoje em alguma região do mundo se pode dizer que não irá ter consequências para as restantes, o fenómeno globalização analisa-se numa rede densa de conexões, não pode ser vista apenas em termos económicos, constitui um processo altamente diferenciado, complexo e multifacetado (Machado, 2001).

1.3. Sociedade e Segurança

Desde os primórdios da humanidade a segurança sempre foi uma necessidade, o agrupamento do Homem em comunidades e a consequente emergência das estruturas de poder político surgiram por essa mesma necessidade. Assim, podemos afirmar que os conceitos de sociedade e segurança estão intimamente relacionados (Oliveira, 2006).

A socialização, segundo as definições de Elias e Bourdieu é “o processo de constituição dos indivíduos e das sociedades, através de interações, atividades e práticas sociais, regulado por emoções, relações de poder e projetos identitários- biográficos, numa dialética entre organismos biológicos e contextos socioculturais” (Abrantes, 2011, p.121), ou seja, é o processo pelo qual uma pessoa aprende e por norma aceita as regras estabelecidas dentro de um determinado grupo social ou sociedade.

A necessidade de segurança sentida pela sociedade, levou à base-teórica para a necessidade da criação do Estado, pois a necessidade de segurança sentida pelo homem e a convicção de que a segurança não se obtém pela autoproteção, mas por um poder externo ao próprio ser humano, levou ao desenvolvimento de grupos sociais, originando o nascimento do Estado através de um grupo que instituiu a sua própria proteção (Oliveira, 2006).

Nas sociedades modernas, a segurança efetivou-se desde logo como uma das finalidades primordiais do próprio Estado, é clássico considerar que a existência do Estado se justifica para atingir três grandes fins últimos: segurança, justiça e bem-estar (Alves, 2010). As transformações no Estado e no seu papel crescente para com a sociedade, implicaram, necessariamente, transformações no conceito de segurança, este tem vindo a evoluir acompanhando essas transformações (Oliveira, 2006), a segurança é um bem social e é uma questão de Estado, sem a qual não há desenvolvimento nem liberdade (Alves, 2010).

O termo segurança é “um conceito amplo e sem um significado único” (Santos, 2016, p.107), para alguns analistas é um conceito subjetivo e elástico, pois adapta-se ao assunto que se está a abordar (Williams, 2008). Segundo a origem etimológica¹ é corrente entender-se a segurança como um estado de ausência de perigo é “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas” (Alves, 2010, p. 37).

¹ *Securitas*: aponta para um estado ou situação livre de perigo (Alves, 2010, p. 29).

Ao consultarmos a Declaração Universal dos Direitos Humanos² (DUDH) constatamos que a segurança é, a par de outros, um direito natural e imprescindível do Homem, sendo a mesma encarada como um pressuposto de liberdade, é considerada uma condição instrumental, nada valerá consagrar formalmente direitos se estes não poderem ser objetivamente exercidos (Cruz, 2015).

Na Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976), prevê que “todos têm direito à liberdade e à segurança”³ sendo este um Direito imprescritível e fundamental. A Segurança Interna é a atividade desenvolvida pelo Estado com os objetivos permanentes:

Quadro 3 - Interpretação do nº1 do artigoº1 da Lei nº 53/2008 (Assembleia da República [AR], 2008)

Garantir	Proteger	Prevenir	Contribuir para assegurar
Ordem	Pessoas	Criminalidade	Funcionamento das Instituições democráticas
Segurança	Bens		Direitos e liberdades dos cidadãos
Tranquilidades Públicas			Respeito pela legalidade democrática

Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com o referido anteriormente e analisando agora o artigo 272º da CRP constatamos que a polícia, tem por função defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna, isto é têm a responsabilidade por zelar e fazer zelar os objetivos acima referidos no quadro, bem como todas as ações que possam pôr em perigo os valores que norteiam o Estado (Cruz, 2015), assim como garantir os direitos dos cidadãos.

As polícias encontram-se assim, no coração da organização das sociedades e dos mecanismos que asseguram o controlo social, preenchendo assim uma função de estabilidade normativa, no sistema social, permitindo que os valores sociais de uma sociedade sejam conhecidos, integrados e acatados (Oliveira, 2006).

O papel da polícia é fundamental na redução das ocasiões para a prática dos delitos, a sua presença no terreno, pode contribuir para o estabelecimento de prioridades no campo das intervenções preventivas, podendo ainda tentar reforçar os laços de confiança com a população através de reuniões com a comunidade, com o objetivo de aumentar os mecanismos de controlo informal (Oliveira, 2006). Neste domínio de prevenção, a ação policial “têm por consequência o alargamento da legitimidade da polícia na medida em que,

² Vide Artigo 3º da DUDH: “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”

³ Vide nº 1 do artigo 27º da CRP.

a partir de agora, a polícia não é, apenas, solicitada em caso de infração, passa a jogar, também, um papel de mediação social” (Oliveira, 2006, p.82).

A Segurança, grande finalidade do Estado, é fundamental para que a sociedade como um todo politicamente organizado possa usufruir em liberdade democrática do bem-estar e da justiça desejados (Alves, 2010).

1.4. Desertificação das Zonas Rurais

A problemática do êxodo rural e da desertificação humana, ao longo dos últimos anos, têm vindo a assumir uma grande relevância, o progressivo despovoamento do mundo rural conduziu ao despovoamento de locais que perduravam há séculos, nas zonas rurais assistimos a um aumento da população envelhecida e a abandono da população jovem, caminhando assim para uma desertificação dessas zonas (Walser & Anderlik, 2004).

Em termos genérico, o espaço rural diferencia-se do espaço urbano, pelas menores densidades populacionais e pela importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. Fatores como a redução continuada do peso da agricultura na economia, fraca capacidade para atrair investimentos para outros sectores, condições de vida e de trabalho pouco atrativas, entre outras levam a que a população se desloque em busca de melhores condições de vida e de trabalho (Cavaco, 2004).

O espaço rural não se restringe ao domínio agrícola, já que cada vez mais, se afirma a sua multifuncionalidade, vivemos numa sociedade globalizada por dinâmicas assentes em padrões consumistas, devido ao avanço das vias de comunicação verificamos que existe uma relação entre a cidade-campo ou urbano-rural, isto é, os residentes locais procuram na cidade bens e serviços que não possuem na sua zona, enquanto residentes urbanos procuram em zonas rurais a tranquilidade dos espaços verdes e a disponibilidade de terrenos para construção que nas zonas urbanas se tornam escassos (Mateus, 2009), no entanto segundo Longstaff (1893), “onde a população é elevada tende a aumentar, enquanto onde é escassa tende a reduzir”.

De acordo com os resultados dos últimos censos 2011, verifica-se que a população portuguesa aumentou 2% graças ao saldo migratório. No entanto esse aumento veio a comprovar a afirmação de Longstaff (1893), a população distribui-se pelos grandes centros urbanos e não pelas zonas rurais. A Região do Alentejo encontra-se em contínua perda de

população, tendo perdido cerca de 2,5% (19 283 pessoas), face a 2001, bem como a Região Centro que recuou sensivelmente 1% (Instituto Nacional de Estatística [INE],2011).

Na última década, continuou a assistir-se à perda de população dos municípios do interior e ao efeito de concentração da população nos municípios do litoral, cerca de 50% da população portuguesa concentra-se em 33 dos 308 municípios do país (INE, 2011).

1.5. Síntese Conclusiva

Com o fenómeno da globalização associado ao desenvolvimento tecnológico e ao desenvolvimento das vias de comunicação, caminhamos para uma desterritorialização, onde as contingências entre o homem e os serviços tendem a desvincular-se de um espaço, fazendo uso das diversas plataformas informáticas existentes.

Apesar destas evoluções não nos podemos esquecer da segurança que é, um princípio basilar do Estado e deve estar sempre presente para o bom funcionamento do mesmo. As polícias contribuem para garantir esse direito à segurança, imprescindível e fundamental a todos os cidadãos, para isso devem zelar pelo cumprimento dos objetivos permanentes, assegurando o controlo social.

O cidadão, cada vez mais se preocupa com assuntos globais e com a luta pelos seus direitos, exigindo ao Estado uma resposta quase imediata de forma a satisfazer as suas necessidades.

Nos últimos anos, assistimos a um êxodo da população rural. No nosso país esse fenómeno materializa-se pela implementação da população nas zonas litorais, encontrando-se o interior do território, composto por uma população maioritariamente envelhecida, mais vulnerável e que requer especial atenção, para a garantia da sua segurança.

Para fazer face aos obstáculos à segurança, fenómenos como a globalização, o desenvolvimento tecnológico, a desertificação do interior, terá o Estado e as polícias de orientar a sua atividade e adaptar-se, garantindo o Direito à segurança a todos os cidadãos.

CAPÍTULO 2

GNR na segurança das populações

2.1. Introdução

Este capítulo permite-nos perceber, de que forma a GNR se encontra presente e contribui para a segurança das populações. Abordaremos o sentimento de segurança das populações, fator a ter em conta para alcançar o objetivo de segurança. As pessoas não devem apenas estar seguras, devem também sentirem-se seguras.

No desenrolar do capítulo, iremos abordar quais as propostas que a guarda tem presentes, na sua estratégia 2020, de forma a garantir a proteção e a segurança da população.

2.2. Sentimento de Insegurança

A segurança nas sociedades ocidentais assume o estatuto de bem público e de direito fundamental, é percecionada como um fator de desenvolvimento económico, coesão social e política (Lourenço, 2013). Produzir mais segurança, não passa, apenas, pela diminuição dos níveis de segurança objetiva (como a violência urbana, o terrorismo e a pequena e média criminalidade), mas também, pela diminuição dos níveis de segurança subjetiva, falando assim do sentimento de insegurança (Lourenço, 2013).

A insegurança é algo que questiona a sociedade e as instituições que têm a responsabilidade de a combater, colocando em causa os princípios fundadores da nação, como a coesão social que permite a vida em comum (Oliveira, 2006). O conceito de insegurança envolve implicitamente uma noção do que se entende por segurança, assim segundo Alves, segurança e insegurança podem ser definidas por três vias:

Quadro 4 - Segurança e Insegurança (Alves, 2008, p.65)

Segurança	Insegurança
Sentimento ou estado de bem-estar	Sentimento ou estado de precariedade e medo
Garantia e confiança no atingir de metas próprias	Desesperança, um sentimento de auto constrangimento e uma crença na futilidade do progresso
Condição de estabilidade ou permanência, o indivíduo pode manter expectativas de manutenção do seu ambiente e relações	Incerteza acerca do futuro, das atividades e intenções das outras pessoas, o receio do desconhecido

Fonte: Elaboração Própria.

A insegurança caracteriza-se, como vimos, por compreender duas vertentes, a insegurança real ou objetiva e a insegurança ressentida. Estas desenvolvem-se num plano material, sobre a forma de crimes contra as pessoas e contra os bens mas, também, sobre um plano psicológico, onde são produzidos sentimentos de medo pessoal e de preocupações securitárias (Oliveira, 2006).

O sentimento de insegurança alimenta-se das crises concretas do dia-a-dia, da delinquência, e também de ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo das chamadas incivildades (Alves, 2010, p.185).

Saber quais as razões que estão por detrás sentimento de segurança, tem sido uma área de estudo para vários autores, alguns defendem que a insegurança se encontra associada à criminalidade, outros defendem a tese construtivista onde afirmam que o fenómeno de insegurança é uma mera construção social que têm origem, principalmente nos *mass média* e no discurso político (Oliveira, 2006).

A prevenção de problemas complexos, como é o caso do crime e do sentimento de insegurança, para além das respostas políticas interdisciplinares e multifacetadas, exige das instituições, como a GNR, que têm a tarefa específica de manter a segurança e a tranquilidade pública mudanças no sentido de prevenção, empenhando por exemplo, mais elementos policiais em funções de vigilância e de informação, optando por um patrulhamento apeado, que reforça a proximidade com o cidadão e o sentimento de segurança Oliveira (2006).

Para fazer face a estes fatores, como a diminuição do sentimento de insegurança e a prevenção e combate à criminalidade, as instituições policiais têm um papel fundamental e uma importância acrescida, tendo em conta a complexidade das sociedades contemporâneas

onde os cidadãos reclamam uma maior liberdade e exigência de garantias de proteção (Lourenço, 2013).

2.3. Caracterização da matriz territorial da GNR

A matriz territorial da GNR, ao nível das unidades territoriais, encontra-se organizada em comandos territoriais, que se articulam em comando, serviços e subunidades operacionais (Ministério da Administração Interna [MAI], 2008).

Relativamente às subunidades operacionais, estas localmente articulam-se em subdestacamentos e postos territoriais, que poderão ser definidos em postos territoriais do tipo A, B ou C, consoante o efetivo. O posto A caracteriza-se por ter um efetivo superior a 50 militares, o posto B com um efetivo entre 30 a 50 e o posto C, com um efetivo inferior a 30 militares (MAI, 2008).

A GNR encontra-se distribuída, garantindo a cobertura da 94% do território nacional (GNR, 2014), a sua dispersão geográfica e a sua forte implementação territorial, são elementos caracterizadores e identificadores, incutindo à instituição características sem paralelo nas restantes instituições portuguesas (Brito, 2010).

Desta rede de postos importa salientar que 73% remonta as origens da GNR e aos primeiros anos da sua criação, entre 1911 e 1922 (Brito 2010), o que nos demonstra que se tem verificado alguma estagnação com o passar do tempo.

Apesar das infraestruturas serem as mesmas, o efetivo não se manteve estável, tendo reduzido gradualmente. Com o intuito de assegurar a presença da GNR e a preservação do sentimento de segurança das populações foram adotadas medidas, o posto territorial em regime de atendimento reduzido, que se materializa, num posto territorial, que cumpre, por regra, um período de serviço de atendimento ao público contínuo (8h), podendo ser fracionado em dois períodos de quatro horas. Possui um efetivo reduzido, variável entre 1 a 13 militares e coordena, quando tem disponibilidade, as suas Patrulhas de Ocorrências com o Posto Sede associado⁴.

⁴ Vide Circular n.º 26/2011 de 30 de dezembro do Comando Operacional.

2.4. Estratégia da Guarda 2020

A estratégia da Guarda 2020 foi aprovada em 2014 para o período 2015-2020. Esta resulta de um trabalho colaborativo desenvolvido pelo Comando da Guarda e pelos Órgãos Superiores de Comando e Direção.

Os pressupostos e resultados esperados resultam de três prismas: Pessoas, Movimento e Território. Relativamente às pessoas, na área da segurança pública, o olhar atento e interrogativo dos cidadãos é decisivo para assegurar a iniciativa, a originalidade, a proficiência e a excelência de resultados. O movimento, caracteriza-se pela necessidade e prevalência da Segurança, face à nova dimensão das ameaças e à revolução dos transportes e das tecnologias de informação, encurtam-se assim os fatores espaço e tempo, aproximando-se as pessoas. Relativamente ao território cresce a preocupação com o interior do país, tendo a Guarda responsabilidades junto das populações, pela sua respetiva dimensão, atribuições, dispersão territorial, natureza militar e vontade de servir (GNR, 2014).

Surge assim esta estratégia com a finalidade de apontar caminhos e orientações, contribuindo para tornar a Guarda uma força de segurança focada no cidadão, uma força humana, próxima e de confiança (GNR, 2014).

A Guarda tem sob sua responsabilidade cerca de 94% do território nacional, na qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa, por referência ao dispositivo e implementação territorial, a Guarda é uma força de segurança, de natureza militar, especialmente vocacionada para atuar em todo o espectro de prevenção e conflitualidade, servindo de forma próxima, legitimando-se assim junto da população, através da confiança depositada pelas populações (GNR, 2014).

Com a globalização e a constante densificação do conceito de segurança, exige, da Guarda uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando a proteção da sociedade como um todo (GNR, 2014). Tendo como referência o grande espectro de intervenção da Guarda, as suas atribuições legais e área de responsabilidade, urge a necessidade de continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, de modo a assegurar, de forma coesa, sustentada e eficiente o cumprimento da missão da Guarda, inserida numa sociedade em constante evolução (GNR, 2014).

O novo ambiente de segurança, caracterizado por novos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e mesmo político-legal, obriga a uma postura irrepreensível da Guarda nos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Este ambiente, associado a uma legitimação social das atuações, combatem por uma forma habitual de moldar estruturas, atitudes e procedimentos, perspetivando quais as origens nas causas da falta de segurança de um modo geral, que quando não são as reais razões potenciam o sentimento de segurança (GNR, 2014).

De modo a fazer face à complexidade do atual ambiente de segurança e às exigências do mundo contemporâneo, a Guarda deve guiar-se pelo princípio da constante abertura à mudança, tanto ao nível da genética organizacional, como no campo operacional e estrutural, a ideia de transformação deve ser uma constante (GNR, 2014).

Tendo por base a análise *swot* da estratégia 2020 destacaremos aqueles que estão diretamente relacionados com esta temática:

Quadro 5 - Análise SWOT estratégia 2020 GNR (2014, p.35-43)

Condicionamentos	Desafios	Constrangimentos
Perda gradual de efetivos e aumento das atribuições institucionais (missões/responsabilidades operacionais)	Implementação de novos modelos de policiamento	Complexidade das questões relacionadas com a segurança, aumento das assimetrias sociais e da evolução demográfica
Desgaste do parque imobiliário (...)	Evolução da <i>Governance</i> de segurança e fomento de parcerias locais, regionais e internacionais	Desterritorialização, mobilidade e sofisticação da criminalidade
	Políticas de racionalização e modernização administrativa	Impacto do sentimento de insegurança da população decorrente da redução dos apoios sociais
	Desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas com impacto na eficácia operacional	Riscos associados à retração da presença do Estado em Território Nacional
	Requalificação e modernização de infraestruturas e equipamentos das FSS	Fenómeno da urbanização/metropolização da sociedade gerador assimetrias regionais potenciadoras de insegurança
	Obter mais-valias operacionais do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias	

Fonte: Elaboração Própria.

Norteados pelos valores que caracterizam a GNR elegeram-se quatro linhas de orientação estratégica, para o período 2015-2020: “Força de segurança presente e próxima”; “Otimizar para criar valor”; “Modernizar, inovar e simplificar” e “Qualidade: cooperar para

melhorar” (GNR, 2014), de referência para o nosso trabalho podemos realçar as três primeiras linhas orientadoras, que serão escortinadas de seguida.

Em relação à primeira linha de orientação “Força de segurança presente e próxima”, visa reforçar a confiança dos cidadãos na instituição, legitimando-se socialmente. Assim a Guarda pretende o reforço do patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos (GNR, 2014). Pretende também fortalecer a “colaboração com as diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, mostrando em permanência, abertura ao estabelecimento de parcerias com entidades locais e com atores relevantes da sociedade civil” (GNR, 2014, p. 67).

Relativamente ao “Otimizar para criar valor”, apesar da complexidade da conjuntura que o país atravessa deve-se zelar por uma obrigação criteriosa e racional na aplicação dos recursos, contudo, procurando manter elevados os padrões de operacionalidade. São assim necessárias novas formas de financiamento, atendendo aos acrescidos esforços de contenção orçamental, devendo assim a Guarda garantir esse financiamento através do “concurso a linhas de financiamento comunitárias direcionadas para projetos de modernização, de equipamentos, de tecnologias e para a qualificação dos recursos humanos” (GNR, 2014, p. 68). O aproveitamento destes fundos constitui uma oportunidade e um desiderato fundamental para erguer novas capacidades e valorizar as existentes, possibilitando uma resposta operacional mais eficiente e, simultaneamente, mais qualificada (GNR, 2014).

Com a aprovação da nova Lei Orgânica e com as reorganizações que advém permitirão “melhorar significativamente o Comando, Coordenação e Controlo das unidades operacionais, e um controlo, gestão, e supervisão mais eficaz nas áreas de apoio à atividade operacional” (GNR, 2014, p. 68) ao nível do dispositivo territorial, importa garantir a sua adequação e efetivo operacional ajustados, às necessidades de policiamento público, de proximidade e visibilidade junto das populações, visa esta linha orientadora, a otimização da capacidade do dispositivo, de forma a assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações (GNR, 2014).

Com a linha orientadora “Modernizar, inovar e simplificar” encontra-se como referencial simplificar a vida do Cidadão, para isso importa “privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, mantendo a aposta na inovação tecnológica ao serviço da segurança” (GNR, 2014, p.70).

Da obrigatoriedade de adoção de medidas de modernização administrativa, decorre a necessidade de incidir num conjunto de domínios prioritários de atuação, no âmbito dos

programas de receptividade ao utente no qual se deve enquadrar a Guarda, designadamente ao nível da melhoria de instalações e equipamentos que constituam infraestruturas de atendimento, privilegiando a adoção de sistemas, métodos e técnicas inovadores que potenciem uma pronta resposta às solicitações legítimas dos utentes, visando o aumento da qualidade e impacto dos serviços prestados (GNR, 2014).

A Guarda deverá ter presente a possibilidade de no futuro lhe reservar responsabilidades adicionais face à retração de serviços do Estado de algumas partes do território nacional, como são exemplo as zonas interiores do território que vão sofrendo uma diminuição da densidade populacional, essa probabilidade realça o papel dos postos territoriais junto das populações, enquanto unidade basilar do dispositivo territorial (GNR, 2014).

Elaborado o tratamento de dados das linhas de orientação estratégica importa agora elencar quais os objetivos estratégicos que se coadunam com a temática em estudo.

Quadro 6 - Objetivos Estratégicos GNR (2014, p.78-80)

Objetivos Estratégicos	
O.E. 1	Otimizar a capacidade do dispositivo operacional, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações.
O.E.2	Adequar o dispositivo territorial e o efetivo operacional às necessidades de patrulhamento de proximidade e visibilidade junto das populações, mediante o incremento de afetação dos recursos humanos ao desempenho de valências operacionais.
O.E.4	Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação.
O.E.5	Reforçar o patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos.
O.E.6	Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas antissociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos.
O.E.11	Melhorar os níveis de eficiência operacional, por via da requalificação de infraestruturas e equipamentos, assegurando as condições de trabalho adequadas aos profissionais da Guarda.
O.E.12	Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior cooperação e articulação entre as Forças e Serviços de Segurança.

O.E.14	Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento, específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda.
--------	--

Fonte: Elaboração Própria.

Todos estes objetivos e linhas orientadoras estratégicas pretendem deduzir uma diretriz da ação da Guarda, esboçando um roteiro para fazer face aos objetivos, desafios presentes e às incertezas do futuro. Garantir que a Guarda, “como um todo, cumpra com eficiência, eficácia e segundo paradigmas de excelência, os desígnios que o Estado lhe incumbe, indo ao encontro das expectativas dos cidadãos e das necessidades reais de segurança” (GNR,2014, p. 84).

Numa sociedade complexa e num mundo em profunda transformação, a Guarda aspira adotar novos paradigmas, que permitam transitar para uma organização baseada no conhecimento, centrada nas pessoas, tanto nas que constituem os seus ativos humanos, como, sobretudo, ao serviço dos cidadãos de um Portugal democrático, seguro e desenvolvido (GNR, 2014).

2.4. Síntese Conclusiva

Como explanado na Estratégia da Guarda 2020 (EG2020), são inúmeras as estratégias propostas para fazer face às novas ameaças e desafios. A GNR como uma força presente em todo o território, apresenta-se em algumas localidades como o último reduto do Estado.

A preocupação com a segurança dos cidadãos, é uma constante para esta força da ordem. Além de garantir a segurança dos cidadãos, devem ser implementadas medidas para que os mesmos se sintam seguros, uma vez que o sentimento de segurança é influenciável por uma panóplia de situações.

Com a EG2020, compreendemos o foco da instituição em implementar novos modelos de policiamento, em prol da garantia de proximidade para com o cidadão, a instituição pretende assim adaptar-se às novas realidades tecnológicas fazendo uso das mesmas para alcançar uma melhoria da sua atividade operacional.

Dadas as diversas alterações na sociedade, a GNR como uma força próxima, humana e de confiança deverá fazer-se valer de todas as inovações, estando aberta a qualquer

mudança, seja ela ao nível estrutural, organizacional ou operacional. A mentalidade e o espírito devem conectar-se com uma mentalidade de mudança/ adaptação.

Como constatamos, a matriz territorial, tem-se mantido inalterável ao longo dos anos, no entanto nada é estanque até mesmo a base estrutural poderá sofrer alterações de forma a contribuir para alcançar os objetivos propostos na EG2020.

Com este carácter de abertura, confrontando a resistência à mudança, a GNR, contribuirá para o delinear do roteiro que os cidadãos devem adotar para enfrentar todas as incertezas do futuro.

CAPÍTULO 3

Modelos de policiamento

3.1. Introdução

Neste capítulo elencamos os diversos modelos de policiamento, dando ênfase ao policiamento de proximidade, elemento estruturante para o culminar da nossa investigação. Iremos recorrer à força congénere da *Guardia Civil* por forma a elucidar-nos sobre, que modo de proximidade ao cidadão é relevante para a força e quais as medidas que têm sido implementadas para alcançar essa proximidade.

3.2. A evolução dos modelos de policiamento

Tendo em conta, todas as atividades em que a polícia se envolve, Bittner (1970) considera que o papel da polícia se define como um mecanismo de distribuição de força coerciva não negociável. Dito por outras palavras, é uma organização sistematicamente enquadrada por regras jurídicas, composta por agentes especialmente recrutados e formados para exercerem força física, tendo em conta uma panóplia de situações em que este recurso constitua uma necessidade urgente para os problemas que vão surgindo. Essa força deve ser empregada, de acordo com os ditames de uma compreensão intuitiva das exigências situacionais, garantindo assim a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas⁵.

Pode-se constatar que a polícia trata-se de uma força especial de ação coletiva organizada, que adota modelos funcionais caraterísticos da administração pública e das organizações militares. Desempenha também um papel de grande relevo na vida política das sociedades, onde visa garantir a ordem pública, sem a qual não é possível o Estado manter-se (Monet, 1993).

⁵ Conforme Quadro 3- Interpretação do nº1 do artigoº1 da Lei nº 53/2008 (Assembleia da República [AR], 2008).

Antes de abordarmos os modelos de policiamento, iremos esclarecer o significado do termo modelo. Modelos segundo Oliveira (2006, p. 97) são “construções simbólicas e simplificadas de uma realidade complexa”.

A atividade policial é desempenhada com base no sistema social e cultural de cada sociedade, sendo para isso necessário descortinar modelos de polícia que têm a ver com o sistema constitucional dos Estados, com a sua organização administrativa, com o seu regime jurídico e com a sua cultura (Oliveira, 2006).

Segundo Monet (1993), existem vários tipos de modelos de organização dos sistemas policiais, entre eles salienta os modelos monistas, dualistas ou pluralistas, estatizados ou municipais, centralizados e descentralizados, uns diretamente e estritamente ligados ao poder político, outros com uma vasta autonomia funcional, uns unificados ou fragmentados, outros com habilitação para exercer todo o tipo de tarefas, outros com competências específicas. Por forma a organizar melhor o pensamento iremos estruturar os vários modelos numa tabela.

Quadro 7 - Modelos de policiamento (Oliveira, 2006, p.98-100)

Wilson (1968)	Vigilância	Legalista	Serviço Público
	Caracteriza-se pela sua estrutura centralizada e pela prioridade dada à ordem pública	Estrutura centralizada e uma organização e tarefas regulamentadas e não discricionárias	Descentralização e aproximação à comunidade
Tupman e Tupman (1999)	Napoleónico	Nacional	Descentralizado
	Modelo centralizado e dualista, a força militar depende, por norma, do MD ou tem uma dupla tutela, exercendo competência nas zonas rurais, enquanto a força de natureza civil depende do MAI e tem responsabilidade nas zonas urbanas. Portugal, França e Itália enquadram-se neste modelo.	Predomina nos países do norte da Europa, neste modelo os agentes policiais dispõem de uma competência alargada a todo o território nacional. Caracteriza-se por possuir uma organização única e estar na dependência de um diretor nacional de polícia que responde perante o MAI ou o Ministro da Justiça.	Carateriza-se pelo seu grau de autonomia que possuem as forças policiais que se encontram disseminadas pelo território nacional, no entanto dispõem de uma competência territorial limitada à área geográfica onde exercem a sua atividade. Modelo típico dos países anglo-saxónicos, como o Reino Unido, os Estados- Unidos e o Canadá.

Fonte: Elaboração Própria.

Tendo em conta as características organizativas é possível retirar algumas consequências relativamente ao estilo de exercício da função policial. Deparamo-nos com dois estilos o reativo e o preventivo, sendo que o modelo napoleónico e o nacional apresentam um estilo de policiamento, essencialmente reativo, descorando muitas vezes as necessidades sociais em prol do serviço do Estado, enquanto no modelo descentralizado, o policiamento caracteriza-se por ser proactivo, tendo uma preocupação virada para o cidadão (Oliveira, 2006).

Os estilos anteriores assemelham-se aos paradigmas da repressão e da prevenção, onde constatamos que o paradigma da prevenção tal como o estilo proactivo tem sido a tendência. O paradigma da prevenção é definido, segundo Oliveira (2006), como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações, necessitando assim de uma polícia mais disponível para uma ligação mais aberta para com o cidadão, ou seja um estilo proactivo. Caminhamos assim para uma estratégia de polícia de proximidade ou comunitária, com vista à melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão (Oliveira, 2006).

Na revisão bibliográfica surgiram sempre dois termos o policiamento de proximidade e o policiamento comunitário, no entanto há autores que defendem que os seus conceitos são idênticos sendo o principal elemento diferenciador as suas raízes, por outro lado há autores que definem os dois conceitos de forma distinta e diferenciada. Oliveira (2006, p.115) considera que os termos, “não encerram alterações ao nível filosófico e estratégico”.

De seguida, abordaremos o policiamento de proximidade, uma vez que os pontos de proximidade ao cidadão têm como base este, tipo de policiamento. O conceito de proximidade, na atividade policial, nasce da ideia de desenvolver técnicas de prevenção criminal alternativas à repressão policial (Durão, 2010). O conceito de proximidade associa-se numa lógica de aproximação da polícia à população, de forma a aumentar a sua eficácia e legitimidade. A proximidade ser vista em três dimensões: a espacial, a temporal e a relacional.

Quadro 8 - Dimensões da Proximidade (Oliveira, 2006, p.85-86)

Espacial	Tentativa de aproximação física da polícia à população e pode ser vista como uma necessidade de incluir na gestão policial as especificidades do local, para corresponder às reais necessidades de segurança das populações.
Temporal	O tratamento diferenciado do tempo encontra-se nos aspetos organizacionais e nos horários de trabalho, à escala não só do corpo policial, mas também do agente policial de bairro.

Relacional	Liga-se às duas anteriores e tem a ver com a qualidade do serviço, possibilitando uma ação policial mais familiar, acessível, transparente e humana.
-------------------	--

Fonte: Elaboração Própria.

O policiamento de proximidade caracteriza-se por ter dois objetivos basilares: em primeiro lugar, conta com um maior apoio das populações locais e cidadãos, o que acarreta mudanças estratégicas, como novas políticas, mais responsabilidade e mudanças na base da legitimidade que os polícias encontram dentro dessas populações. Em segundo lugar, e simultaneamente atua nas realidades locais tornando-se mais próximo, isto é tem por base um entendimento diferente dos usos da ação e da autoridade policial, envolvendo técnicas de comunicação e de negociação no policiamento, o que requer o desenvolvimento de níveis de cooperação e de compromisso local com imaginação e raciocínio para se efetivar este tipo de policiamento (Durão, 2010).

Falar em policiamento de proximidade significa que consideramos que é possível prevenir aquilo que nos incomoda, este policiamento assenta em três exigências na vanguarda da atuação policial: visibilidade, capacidade de inserção nas comunidades, orientação para os problemas (Machado, 1998).

3.3. O policiamento de proximidade em Espanha: *Guardia Civil*

Iremos agora abordar a nossa força congénere de forma a perceber de que forma a proximidade ao cidadão tem um papel relevante na instituição *Guardia Civil* (GC). Com este estudo pretendemos retirar algumas elações sobre esta problemática, com o intuito de retirar ideias para a implementação dos pontos de proximidade ao cidadão no nosso país pela Guarda Nacional Republicana.

Da mesma forma que a GNR tem a sua estratégia delineada para um período temporal de 2015 a 2020, a GC tem a sua Carta de Serviços da Direção Geral, delineada para o período de 2015 a 2018. Esta visa fortalecer a segurança dos cidadãos, ao prestar-lhes auxílio, atenção e informação, conseguindo de uma forma próxima e de qualidade, excelente e segura alcançar um bem-estar geral na sociedade (*Guardia Civil*, 2015).

A GC é o organismo do Estado com maior presença no território espanhol, permitindo ser uma Instituição muito próxima do cidadão, e é considerada como a Instituição que desperta mais confiança (GC, 2015). A sua organização territorial articula-se em quatro níveis: Zonas, Comandâncias, Companhias e Postos.

Em toda a sua atuação a GC tem como intenção, oferecer uma resposta policial eficaz que contribua para que os cidadãos estejam e se sintam seguros. As unidades responsáveis pela segurança dos cidadãos são as Companhias e os Postos. Correspondem a unidades territoriais, onde os militares, que se dedicam à segurança dos cidadãos, prestam serviço. Eles têm responsabilidade de prevenção, a investigação de infrações penais, atenção e assistência próxima ao cidadão (*Guardia Civil*, 1998).

Dito isto, centrar-nos-emos nos Postos, pois são o escalão operativo mais próximo do cidadão, garantindo uma atenção permanente, direta e uma resposta imediata tendo em conta as suas necessidades. Os Postos devem ter as quatro funções essenciais: a) o comando; b) Segurança própria e ligação com o escalão superior e colaterais; c) Especial atenção ao cidadão (proximidade); d) Segurança dos cidadãos, através de serviços direcionados, voltados principalmente para prevenção e de reação a eventuais emergências (GC, 1998).

Fenómenos como a globalização, o desenvolvimento das tecnologias, e as adversidades que a nação espanhola foi enfrentando, como guerras civis e revoluções, fez com que, a Direção Geral da GC realizasse um estudo sobre se a atual dispersão territorial da GC seria indicada tentando rentabilizar a sua operabilidade e eficácia, sem abandonar as funcionalidades anteriormente referidas (GC, 1998).

Com o estudo realizado, chegaram à conclusão que o aumento de efetivos nos postos, o encerramento de alguns postos e a necessidade de um aumento do efetivo total era o caminho a percorrer. No entanto, apesar de a proposta do ponto de vista técnico e profissional ser adequada, tal não se efetivou, devido ao passado de violência nas populações rurais sem a presença efetiva da GC e pela contestação social exercida pelos municípios afetados pelo encerramento dos postos obrigou o Governo a deixar esta nova modalidade de ação em suspenso (GC, 1998).

Tendo por base todos os critérios diferenciadores, como por exemplo fatores físicos, humanos, socioeconómicos entre outros, presentes em todo o território espanhol, é impossível estabelecer um modelo único de posto que cumpra as suas funções. Assim, torna-se assim necessário determinar a dimensão dos postos e é neste contexto que surgem os vários tipos de postos Principais, Ordinários e Auxiliares (GC, 1998).

Um posto principal, é do comando de um oficial subalterno e situa-se em localidades com muito serviço, geralmente associados a grandes concentrações urbanas, industriais ou turísticas.

Os postos ordinários, são de comando de um sargento e classificam-se em três tipos distintos, o tipo A constitui a menor unidade da Guardia Civil e localiza-se em pequenas

povoações com escassez de conflitos. Garante o atendimento ao cidadão na modalidade de guarda combinada e dispõe de uma patrulha diária de oito horas com flexibilidade para efetuar patrulhas de menor duração. O tipo B encontra-se presente em povoações médias e com médio risco de acontecerem conflitos, assemelha-se ao posto do tipo A, no entanto como tem mais efetivos por vezes, consegue efetuar turnos no serviço de atendimento ao cidadão. Por último o posto do tipo C que se caracteriza por ter efetivos suficientes para manter uma patrulha de serviço permanente (GC, 1998).

Por fim temos os Postos Auxiliares que surgem com o objetivo de garantir a proximidade, presença e contacto com o cidadão, constituindo uma fração destacada do posto. O horário de atendimento ao público deve adaptar-se, tendo por base o dia-a-dia local, por forma a facilitar o cidadão. Esta unidade apresenta-se com um mínimo de dois militares, que se poderão encontrar na efetividade do serviço ou na reserva, sob o comando de um cabo. É de salientar que as instalações, neste tipo de unidade não se denominam quartel, pois efetivamente não o é (GC, 1998). Para a sua implementação a unidade deverá cumprir um dos seguintes requisitos:

Quadro 9 - Critérios guia para a implementação de um Posto Auxiliar pela *Guardia Civil* (GC, 1998, p.5)

Em localidades próximas e com boa comunicação com o posto principal ou ordinário de que é auxiliar
Em localidades que tendo em conta diversos parâmetros, como o número de conflitos, de habitantes... não justifique a permanência a permanência de um posto, no entanto deve garantir-se a presença da força por motivos operativos e/ou outros condicionantes.
Com carácter temporal, lugares de grande afluência turística com a sazonalidade, ou na ocorrência de eventos extraordinários.
Excecionalmente e de carácter provisório, quando um posto perde efetivo, ficando reduzido a quatro ou menos militares, tornando-se definitivo se a situação persistir por um período prolongado de tempo.

Fonte: Elaboração Própria.

A unidade que primeiro estabelece contato com os cidadãos é o Posto, são os militares que lá desempenham serviço que garantem a segurança dos cidadãos, atendendo aos seus critérios funcionais. Os serviços desempenhados pelo posto podem ser:

Quadro 10 - Serviços prestados por um Posto da *Guardia Civil* (GC, 1998, p.3)

Atendimento ao Cidadão	Com a finalidade de garantir a proximidade, atenção direta e pessoal aos pedidos dos cidadãos, assegurando um serviço de qualidade. Esta realidade é cumprida com um Atendimento ininterrupto no serviço de portas.
Preventivo	Efetuada através das patrulhas diárias.
Reativo	Efetuada na resposta a situações imprevistas que necessitem de uma intervenção concreta e imediata, pelas patrulhas em serviço ou na ausência ou impossibilidade das mesmas por militares presentes a executarem outras funções.
Investigação	Pesquisas que se elaboram tendo em conta situações de atos ilícitos, descobrindo e detendo os presumíveis culpados e assegurando todos os meios de prova.

Fonte: Elaboração Própria.

Uma das formas da GC se tornar mais próxima do cidadão e melhorar a qualidade da Administração Geral do Estado, foi com a implementação, em todas as unidades, do livro “Formulário de Queixa e Sugestões” que visa a aproximação do cidadão para com a instituição, apelando ao seu contributo para que estes expressem as suas queixas e iniciativas, sobre o funcionamento das unidades da GC (GC, 2015).

Este livro vem valorizar a participação do cidadão para com a instituição, pois faz-se valer das iniciativas e sugestões para melhorar a qualidade dos seus serviços. Os cidadãos podem formular as suas queixas, sugestões ou felicitações: de forma presencial, por correio postal e por correio eletrónico (GC, 2015).

De forma a aproximar a instituição ao cidadão a GC implementou um gabinete de informação e apoio ao cidadão, com a missão de informar, dirigir e orientar os cidadãos tendo em conta os serviços e trâmites da sua competência. Tem como função facultar informação geral⁶, particular⁷ e atender o cidadão. Este é um serviço que é realizado por um sistema de comunicação telefónico disponível para todos os cidadãos e também com sistemas de informação escrita, telemática e presencial através do gabinete que tem o horário de funcionamento estabelecido (GC, 2018).

Como preocupação de garantir a proximidade não só para com os cidadãos espanhóis, mas também para com os estrangeiros, em conjunto com vários municípios através de vários acordos implementou-se o Serviço de Assistência ao Turista Estrangeiro (SATE), que oferece assistência personalizada a vítimas de qualquer infração penal, através de uma

⁶ Relativa à identificação, finalidades, competência, estrutura, operação e localização de agências e unidades, requisitos legais ou técnicos de aplicações ou procedimentos, procedimentos, serviços públicos e serviços.

⁷ Sobre procedimentos em andamento ou relativos a dados pessoais.

equipa especializada de polícias e informadores intérpretes no idioma das vítimas. A localização destes serviços não está em exclusividade nos quartéis, em grande parte dos casos encontra-se em estabelecimentos do município, como são exemplos os postos de turismo (Policia Nacional [PN], 2018).

Em junho de 2015, a GC decidiu iniciar-se num projeto inovador, a Oficina Policial Permanente⁸ (OFIPOL), com o objetivo de rentabilizar o tempo de atendimento policial e evitar que o cidadão se desloque ao posto territorial. Apesar de bem-intencionado, este projeto não obteve os resultados esperados, tendo sido retiradas em 2016, pois só foram registadas três denúncias, o que leva a concluir que, apesar de ser um projeto dedicado à melhoria da segurança dos cidadãos e que prometia revolucionar a instituição, teve de ser extinto pois não foi bem-recebido pelos mesmos (s/a, 2016).

3.4. Síntese Conclusiva

As forças policiais visam garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública das populações, optando, primordialmente, por tomar medidas preventivas e não reagir proactivamente. O policiamento de proximidade, pretende criar laços com o cidadão, para que este o auxilie no exercício da sua função. Qualquer que seja o caminho a percorrer devemos sempre ter em atenção o que já foi implementado internacionalmente, com o intuito de adotar as boas práticas de outras forças e evitar cometer erros que foram cometidos pelas mesmas.

Verificamos que a matriz territorial da GC não se encontrava ajustada, tendo sido propostas algumas implementações vantajosas para a atividade operacional, no entanto não se implementaram, muito devido ao poder de contestação da população. Depreendemos assim que a população é ditadora na tomada de decisão, pois as forças trabalham em prol da segurança dos cidadãos que assumem um grande relevo.

A garantia de proximidade e a qualidade na prestação dos serviços é o foco. Assim os Pontos de Proximidade ao Cidadão, deverão garantir a assistência e a disponibilidade de auxílio ao cidadão, sendo que estes poderão ser materializados por um gabinete de atendimento ao cidadão, implementado numa infraestrutura pública, como por exemplo uma junta de freguesia.

⁸ Cabine que permite a entrada do cidadão, e que contém um sistema de videoconferência que possibilita ao cidadão a formulação de uma denúncia perante um militar em tempo real por videoconferência durante as 24 horas dos 365 dias do ano.

PARTE II – PRÁTICA

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

4.1. Introdução

Após terminado o enquadramento teórico do trabalho que nos permitiu recolher a informação pertinente para dar início ao trabalho de campo, eis que surge o capítulo da metodologia que segundo Sarmento (2013, p.4) define-se como sendo “um processo ou método para atingir um fim”, ou seja, é um procedimento “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.25), enquanto os métodos são “formalizações particulares do procedimento” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.25).

Os autores, P. Bourdieu, J. C. Chamboredon e J.C. Passeron, em 1968, descrevem o procedimento segundo três atos: a rutura, a construção e a verificação. Estes três atos não são independentes uns dos outros eles interagem uns com os outros, tal como as sete etapas estabelecidas por Quivy & Campenhoudt (2013, p.25): a pergunta de partida, a exploração (leituras e entrevistas exploratórias), a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões.

Interessa agora perceber de que forma foram enquadradas estas etapas, tendo em conta os três atos, na rutura “primeiro ato constitutivo do procedimento científico” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.26), pretende-se eliminar preconceitos e falsas evidências, que só nos dão ilusões das coisas. Assim tendo em conta a pergunta de partida presente na introdução deste trabalho avançamos para a exploração, na qual através da consulta de documentos e com a realização de entrevistas exploratórias, elaborei o enquadramento teórico que se materializa em três capítulos.

A construção consubstancia-se num “quadro teórico de referência” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.28), o modelo de análise apresentado na introdução, que me serviu de linha orientadora para a elaboração da presente investigação.

Por último a verificação, que engloba a segunda parte deste trabalho a parte prática, composta pela apresentação, análise e discussão dos resultados presente no capítulo cinco e terminando com as conclusões, dando assim o estatuto científico ao trabalho, pois “uma proposição só tem direito ao estatuto científico na medida em que pode ser verificada pelos factos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.28).

4.2. Método de abordagem ao problema e justificação

Para a elaboração desta investigação foi utilizado o método indutivo, que segundo Sarmento (2013, p. 8), fundamenta-se num raciocínio baseado na experiência, que parte do particular para o geral. Este método materializou-se em três etapas, a primeira a observação dos fenómenos, onde neste trabalho se realizou com a interpretação dos vários pontos de vista dos entrevistados, em segundo a descoberta da relação entre eles, ou seja do total dos entrevistados foram levantados quais os pontos de vista em comum, comparando e aproximando os dados, com a finalidade de descobrir a relação entre eles. Numa terceira fase ocorreu a generalização da relação, onde formalizamos quais as características esperadas pelo resto da população, tendo em conta a amostra selecionada (Sarmento, 2013).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o objetivo dos argumentos indutivos é direcionar-nos para conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo que o das premissas em que se basearam, conduzindo assim a conclusões provavelmente verdadeiras.

Relativamente à forma de indução foi utilizada a incompleta ou científica, Marconi e Lakatos (2003), fundamenta-se na causa ou lei que rege o fenómeno ou o facto, que se constata num número significativo de casos (um ou mais), mas não em todos, nesta investigação aproveitamos o contributo e alguns elementos de uma determinada região do interior do país, tentando perspetivar qual seria a opinião do geral da população do interior.

Além do método indutivo foi também utilizado o método inquisitivo que é “baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmento, 2013, p.8), com a realização das entrevistas aos comandantes de destacamento e aos presidentes de câmara, Comandante do Comando da Guarda e Comandante Operacional. Um outro método utilizado foi o método crítico, que se “baseia na observação crítica dos conhecimentos” (Sarmento, 2013, p.7), efetuado na análise aos resultados das entrevistas.

De acordo com o modelo de análise⁹ que segue uma sequência lógica o trabalho foi estruturado por forma a dar resposta às seguintes perguntas derivadas que contribuirão para alcançar a resposta para a pergunta de partida.

Quadro 11 - Pergunta de partida e Perguntas Derivadas.

PP: Serão os pontos de proximidade uma solução plausível a implementar nas zonas de menor densidade populacional do território português?
PD1: Quais as dificuldades que a segurança interna enfrenta com o aumento das migrações das zonas rurais para as áreas urbanas?
PD2: Como se tem caracterizado o desempenho da GNR para incrementar a segurança nas zonas rurais?
PD3: Que pontos de proximidade ao cidadão podemos adotar/encontrar?
PD4: Os pontos de proximidade ao cidadão permitem modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o desempenho da GNR nas zonas rurais?

Fonte: Elaboração Própria.

4.3. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

O recurso a métodos e a técnicas é determinado tendo em conta a natureza do problema de investigação (Fortin, 2009), nesta investigação numa fase inicial foi utilizada a pesquisa bibliográfica, onde recorremos a informação de carácter geral e específico, consultando imprensa escrita, publicações, como livros, revistas científicas e teses, consultamos também na internet bases de dados como a EBSCO¹⁰ e o RCAAP¹¹. Esta informação bibliográfica é crucial para a elaboração da tese, em especial o enquadramento teórico (Sarmiento, 2013).

Quanto ao tipo da informação recolhida esta investigação classifica-se como qualitativa, onde foram utilizados diferentes tipos de instrumentos científicos. Numa primeira fase recorremos à análise documental, como referido no parágrafo anterior com a pesquisa bibliográfica, como afirma Sarmiento (2013, p.27) esta análise “é produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, secundárias e bibliográficas”.

De seguida partindo para o trabalho de campo recorremos às entrevistas que nos “permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição

⁹ Ver apêndice A - Modelo de análise

¹⁰ Elton Bryson Stephens Company

¹¹ Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal

presencial a um ou mais indivíduos” (Sarmiento, 2013, p.28). As entrevistas diferenciam-se de outros métodos pelos processos de comunicação e interação humana e esta interação deve estar presente na mente do investigador na realização da entrevista para intervir com elementos de análise tão fecundos quanto possível (Quivy & Campenhoudt, 2013).

Neste trabalho de investigação recorreremos as entrevistas com o objetivo de compreender e aprofundar o conhecimento adquirido com a pesquisa bibliográfica e com a elaboração do enquadramento teórico. Quanto ao modo de realização deu-se preferência ao modo presencial, mas devido à grande dispersão territorial da amostra selecionada algumas foram efetuadas por contato telefónico. Realizaram-se várias entrevistas individuais do tipo confirmatório, onde “o entrevistador procura obter informações que validem as suas fontes” (Sarmiento, 2013, p. 33).

Elaboramos um guião da entrevista¹², essencial para orientar o rumo a dar à entrevista, pois para esta investigação decidimos aplicar entrevistas semiestruturadas, semiformal ou semidiretiva. A estrutura presente no guião não é rígida, podendo assim o entrevistador alterar a ordem dos temas e introduzir inclusivamente, um tema novo (Sarmiento, 2013), o entrevistador nesta entrevista reencaminha a entrevista para os objetivos, cada vez que o entrevistado se afastar e coloca questões às perguntas que entrevistado não chega por si próprio em momento oportuno (Quivy & Campenhoudt, 2013).

Ainda relativamente às questões elaboradas no guião da entrevista, não se aplicam de igual forma a todos os entrevistados, foram selecionadas apenas as questões que se adequam tendo em conta o serviço desempenhado pelo entrevistado.

4.4. Amostragem: composição e justificação

No seu trabalho de campo, este estudo foca as zonas do território português com uma menor densidade populacional. Atendendo às dimensões volumosas da população, a necessidade de recolher muitos dados para cada indivíduo e visto que o interesse para investigação é recolher uma imagem global, surge a necessidade de estudar uma amostra representativa da população (Quivy & Campenhoudt, 2013). Uma amostra “é um conjunto de elementos retirados da população, que é representativo e significativo dessa população” (Sarmiento, 2013, p.71).

¹² Ver apêndice B - Carta de apresentação e guião de entrevista.

Recorremos, nesta investigação, a um tipo de amostragem não-probabilística onde “cada unidade amostral da população não tem a mesma probabilidade de pertencer à amostra” (Sarmiento, 2013, p.76). Neste tipo de amostra, do tipo intencional, “são deliberadamente escolhidos certos elementos da população para pertencerem à amostra por serem os mais representativos da população” (Sarmiento, 2013, p.84).

Assim, tendo em conta a realidade do interior e a população que habita nessas regiões, para este estudo foram selecionados os comandantes de destacamentos territoriais, na medida em que, são pessoas que conhecem bem o terreno, as dificuldades que enfrentam no comando de efetivos e na gestão dos mesmos para garantir os serviços ao cidadão e os presidentes de câmaras municipais, na qualidade de porta-vozes dos seus munícipes, zelando sempre pelo melhor da população que tem sob sua responsabilidade.

Entrevistar todos os comandantes de destacamento territorial e presidentes de Câmara, do interior, carecia de um elevado tempo e inúmeras deslocações, optou-se por estabelecer o critério de entrevistar apenas os comandantes de destacamento, que tenham sob o seu comando, postos com um número reduzido de militares e que trabalhem em regime de atendimento com horário reduzido. Assim, foram selecionados, quatro presidentes de câmara e quatro comandantes de destacamento dos distritos com mais postos com esse regime, nomeadamente os Distritos de Beja e Évora.

Contribuíram também o Comandante do Comando Territorial da Guarda, visto ser o Comando onde se encontra implementado o projeto piloto, Vídeu Porteiro e o Comandante Operacional da GNR de forma a enriquecer, esta investigação, com o seu ponto de vista estratégico.

4.5. Meios e procedimentos de recolha e análise de dados

Para a redação deste trabalho de investigação, o meio utilizado foi o *Microsoft Word* versão 2016, bem como para a elaboração dos quadros e das tabelas.

Relativamente ao procedimento adotado na análise dos dados, importa salientar que o mesmo surge com o intuito de dar resposta a dois objetivos. Primeiro, a verificação empírica e o segundo, a interpretação dos factos inesperados para que, nas conclusões, o investigador esteja em condições de sugerir aperfeiçoamentos do seu modelo de análise, ou propor pistas e novos desafios para futuras investigações (Quivy & Campenhoudt, 2013).

A análise do conteúdo das entrevistas permite “quando incide sobre material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da

profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 227).

Para a análise do conteúdo das entrevistas, inicialmente procedemos à análise da resposta para cada pergunta, tentando perceber quais os dados que mais se destacavam, isto é, revelar quais as representações sociais ou juízo dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso.

Optou-se assim pela análise categorial que “consiste em calcular e comparar as frequências de certas características, previamente agrupadas em categorias significativas, baseando-se na hipótese de que uma característica quanto mais citada é mais importante é para o locutor” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 228). Assim através desta análise quantitativa permitiu-nos retirar relações acerca da temática alvo do estudo.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Introdução

No presente capítulo, são apresentados e analisados os dados recolhidos da realização das entrevistas. Estes resultados serão analisados tendo por base a pesquisa efetuada no enquadramento teórico.

5.2. Identificação dos Entrevistados, Local e Data da Recolha de Dados

A seleção dos entrevistados (E), teve por base a escolha dos distritos mais afetados pela desertificação populacional e pela implementação de postos de atendimento com horário reduzido. Em complemento será também abordado o distrito onde está implementado um projeto piloto da Guarda relacionado com um sistema de Vídeo Porteiro (E1) e a visão estratégica do Comandante Operacional da GNR (E9).

Quadro 12 - Identificação dos Entrevistados, Local e Data da Recolha de Dados.

Código	Identificação dos Entrevistados			Local	Data	Hora	Modo
	Posto	Nome	Função				
E1	Coronel	Rasteiro	Comandante CTer da Guarda	CTer da Guarda	02/04/2018	15.00	Presencial
E2	Tenente	Monteiro	Comandante do DTer de Reguengos de Monsaraz	CTer de Évora	18/04/2018	10:00	Presencial
E3	-	Safara e Carrilho	Presidente e Vice-Presidente da C. M. de Mourão	C. M. de Mourão	18/04/2018	14.30	Presencial
E4	Capitão	Mirandez	Comandante do DTer de Moura	CTer de Beja	18/04/2018	17:00	Presencial
E5	Capitão	Rosado	Comandante do DTer de Beja	-	19/04/2018	12:00	Telefónica
E6	Tenente	Gaspar	Comandante do DTer de Évora	DTer de Évora	22/04/2018	10:00	Presencial
E7	-	Rodrigues	Vice-Presidente da C. M. de Évora	C. M. de Évora	22/04/2018	12:00	Presencial
E8	-	Azedo	Presidente da C. M. de Moura	-	23/04/2018	09:30	Telefónica
E9	Tenente General	Clero	Comandante Operacional da GNR	Comando Geral	26/04/2018	15:00	Presencial
E10	-	Arsénio	Presidente da C. M. de Beja	-	02/05/2018	10:30	Telefónica

Fonte: Elaboração Própria

5.3. Análise de Conteúdo das Entrevistas

A análise de conteúdo afere numericamente, a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos e/ou palavras agregando-as em categorias, identifica nas respostas a cada uma das perguntas, diversas características do texto, como as partes semelhantes, as partes diferentes e as partes que os entrevistados valorizam mais, pretende-se assim categorizar os dados brutos da entrevista, passando os mesmos a dados organizados e com sentido bem estabelecido (Sarmiento, 2013).

Após a transcrição e uma leitura reflexiva¹³, procedeu-se à análise das entrevistas¹⁴, segundo a metodologia de Sarmiento (2013).

Começamos por definir as unidades de registo¹⁵ (UR), associadas às várias unidades de contexto¹⁶, que foram retiradas das entrevistas. Por fim foram materializadas as matrizes de análise de conteúdo, constituídas por categorias, subcategorias, UR, entrevistados e unidades de enumeração¹⁷ (UE) e resultados, para cada uma das questões.

Com base nas conclusões retiradas das perguntas do guião de entrevista elabora-mos a conclusão final para cada questão, onde são evidenciados os resultados superiores a 50% e serão enfatizados os resultados superiores a 80%.

5.3.1 Apresentação e Análise da Questão n.º 1

Relativamente à pergunta 1 “**Em que é que consiste o projeto Vídeo Porteiro?**”, é de salientar que esta questão só foi colocada ao entrevistado **E1**, no entanto no decorrer das entrevistas vários entrevistados contribuíram para elencar algumas características relativas ao vídeo porteiro.

Das características enunciadas, obtiveram 1% a Exclusão da obrigatoriedade do pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e a imagem de modernidade e eficiência e o alargar a presença da GNR no território. Com 20% foram apresentadas o colmatar vulnerabilidades de acordo com necessidades dos cidadãos, a

¹³ Primeiramente uma leitura vertical de todas as entrevistas, que nos permite a substância e o sentido dos discursos, de forma a definir o sistema de categorias a usar no tratamento, num segundo momento procedemos à leitura horizontal, onde se pretende agregar e categorizar as respostas (Sarmiento, 2013).

¹⁴ Ver apêndice C - Análise dos resultados das entrevistas.

¹⁵ Unidade de segmentação ou de recorte, podendo se definida por uma palavra ou por uma expressão, uma frase ou um parágrafo. Estes exprimem uma característica e fazem parte de uma subcategoria (Sarmiento, 2013).

¹⁶ Segmentos do texto que contém as unidades de registo (Sarmiento, 2013).

¹⁷ São aritméticas e contam o número de vezes que se repete a unidade de registo (Sarmiento, 2013, p.54).

disponibilidade 24h e o facto de se assemelhar a uma chamada telefónica. As características que geraram mais consenso entre os entrevistados, foram com 30%, o potenciar da proximidade e interação com o cidadão e a possibilidade de ser implementado numa instalação externa à Guarda. Por último o mais caracterizado entre os entrevistados é o facto de se tratar de um complemento do posto, alcançando o valor de 40%, como afirma **E3**: “o sistema de vídeo porteiro, seria bem aceite após o horário de encerramento do posto, pois as pessoas sabiam que ao tocar na campainha estaria a ser dado o alerta à sala de situação” e segundo **E1**: “A utilização do vídeo porteiro (...) é um complemento do posto”.

Tabela 1 - Matriz de análise da pergunta 1

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados										U E	Resultado
			E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10		
1-Em que é que consiste o projeto Vídeo Porteiro?														
Características do Vídeo Porteiro	Colmatar vulnerabilidades de acordo com necessidades dos cidadãos	UR 1.1	X			X							2	2/10 (20%)
	Potenciar a proximidade e interação	UR 1.2	X			X			X				3	3/10 (30%)
	Possibilidade de ser implementado numa instalação externa à Guarda	UR 1.3	X			X					X		3	3/10 (30%)
	Complemento do Posto	UR 1.4	X		X		X					X	4	4/10 (40%)
	Imagem de modernidade e eficiência	UR 1.5	X										1	1/10 (10%)
	Disponibilidade 24h	UR 1.6	X								X		2	2/10 (20%)
	Exclusão da obrigatoriedade do pedido de autorização à CNPD	UR 1.7	X										1	1/10 (10%)
	Assemelha-se a uma chamada telefónica	UR 1.8					X	X					2	2/10 (20%)
	Alargar a presença da GNR no território	UR 1.9									X		1	1/10 (10%)
	Contributo para a atividade operacional	UR1.10	X	X		X							3	3/10 (30%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.2 Apresentação e Análise da Questão n.º 2

Quanto à pergunta 2 “Sabendo que as zonas do interior se caracterizam por uma população envelhecida como vê a reação dessas pessoas a esta mudança tecnológica?”,

as reações recolhidas, entre os vários entrevistados foram, segundo um entrevistado a não afetação do sentimento de segurança. Dos entrevistados 20% afirmou que a população apresenta algumas dificuldades na adaptação e necessitam de formação para poder usufruir do serviço. Cerca de 30%, afirma que com a implementação de novas tecnologias há uma perda de proximidade da instituição porém apresentam-se recetivos em relação ao serviço, como afirma **E1**: “o sistema vídeo porteiro, que permite ao cidadão, apesar da distância sentir que tem o apoio do militar da Guarda para o auxiliar”, no entanto **E2** afirma: “ao nível da proximidade a meu ver também iremos perder um bocado, pois o contato com uma pessoa é sempre diferente do que o contato com uma máquina.”.

Tabela 2 - Matriz de análise da pergunta 2

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados										UE	Resultado
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10		
2-Sabendo que as zonas do interior se caraterizam por uma população envelhecida como vê a reação dessas pessoas a esta mudança tecnológica?														
Reação da população Reação da população	Recetividade ao serviço	UR 2.1	X		X						X		3	3/10 (30%)
	Dificuldades na adaptação	UR 2.2	X									X	2	2/10 (20%)
	Sentimento de Segurança mantém-se	UR 2.3	X										1	1/10 (10%)
	Necessidade de formação para o usufruir do serviço	UR 2.4	X			X							2	2/10 (20%)
	Perda de proximidade	UR 2.5		X			X					X	3	3/10 (30%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.3 Apresentação e Análise da Questão n.º 3

Relativamente à pergunta 3, “**A implementar qual lhe parece que seja mais vantajoso o Vídeo Porteiro ou um Ponto proximidade ao cidadão?**”, para além das duas possibilidades, foram recolhidas novas possibilidades com a realização das entrevistas. Um entrevistado deu a possibilidade de optar-se por um posto móvel, dos entrevistados 20% não vê que estas possibilidades sejam uma mais-valia, metade dos entrevistados considera que a solução poderá passar pelo vídeo porteiro ou pela agregação de efetivos num posto sede. Cerca de 60% dos entrevistados afirma que estes dois serviços se complementam, o que gerou um maior consenso com 70% dos entrevistados, foi a implementação dos Pontos de

Proximidade ao Cidadão, segundo **E2**: “(...) em termos do atendimento ao público, na dignidade que é dada à pessoa que se desloca a um posto a meu ver seria mais benéfico a implementação de Pontos de Proximidade ao Cidadão.”, **E10** afirma: “Entre as duas opções eu defendo o atendimento ao público garantido pelos pontos de proximidade ao cidadão, pois eu julgo que nada substitui a presença direta e o contato direto com o militar havendo uma percepção mais exata da relação de proximidade.”

Tabela 3 - Matriz de análise da pergunta 3

Categorias s	Subcategorias	UR	Entrevistados										U E	Resultad o
			E1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 1 0		
3-A implementar qual lhe parece que seja mais vantajoso o Vídeo Porteiro ou um Ponto proximidade ao cidadão?														
Projeto mais vantajoso	Vídeo Porteiro	UR 3.1	X	X	X	X					X		5	5/10 (50%)
	Ponto de Proximidade ao Cidadão	UR 3.2	X	X	X		X			X	X	X	7	7/10 (70%)
	Complementam -se	UR 3.3		X	X		X		X		X	X	6	6/10 (60%)
	Posto Móvel	UR 3.4				X							1	1/10 (10%)
	Não são uma mais-valia	UR 3.5						X		X			2	2/10 (20%)
	Concentração de efetivos no posto sede	UR 3.6	X			X	X	X			X		5	5/10 (50%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.4 Apresentação e Análise da Questão n.º 4

Relativamente à pergunta 4 “Serão os pontos de proximidade ao cidadão uma solução para substituir postos de atendimento em regime horário reduzido?”, as opiniões dividem-se entre os entrevistados, metade dos entrevistados considera que seria uma solução, como o afirma **E2**: “seria positivo a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão que possibilitariam a diminuição dos gastos de manutenção com o encerramento de postos que já não se encontram ajustados à realidade atual”, segundo **E9**: “Eu julgo que sim, a meu ver os pontos de proximidade ao cidadão serão o futuro dos postos de atendimento reduzido, hoje em dia nós temos infraestruturas que são relativamente grandes tendo em conta o necessário para garantir o atendimento”, no entanto temos também o outro ponto de vista, segundo **E4**: “temos de definir muito bem que tipo de ponto é que é

este, pois se estivermos apenas a mudar o local em que o militar se encontra a deslocar o militar de um quartel para uma junta para mim não é plausível, é preferível estar com está” e **E6**: “É sempre diferente, isto porque a nossa ação em parte está um bocado limitada estando na presença de uma entidade externa”.

Tabela 4 - Matriz de análise da pergunta 4

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados						UE	Resultado
			E1	E2	E4	E5	E6	E9		
4-Serão os pontos de proximidade ao cidadão uma solução para substituir postos de atendimento em regime horário reduzido?										
Solução para substituição	Sim	UR 4.1		X		X		X	3	3/6 (50%)
	Não	UR 4.2	X		X		X		3	3/6 (50%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.5 Apresentação e Análise da Questão n.º 5

Atendendo à pergunta 5 **“Com a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão, quais os benefícios para o apoio à atividade operacional e para a população?”**, a totalidade dos entrevistados afirma que será benéfico a rentabilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, como afirma **E9**: “As atuais infraestruturas são excessivas tendo em conta as necessidades de um posto de atendimento (...) e não há necessidade de termos infraestruturas que ultrapassem as nossas necessidades.”. Dos entrevistados 50% enumerou que não haverá diferença significativas, segundo **E5**: “operacionalmente não haverá diferenças significativas, uma vez que o militar que seria escalado de atendimento no Posto desempenhará serviço no Ponto de proximidade.”, sendo que ainda 33% dos entrevistados, afirmou que contribuía para a garantia de proximidade e continuação dos serviços. Por último, 17% dos entrevistados afirmam que terá contributos para o planeamento operacional, uma maior capacidade de resposta e rentabilização do tempo dedicado às rondas.

Tabela 5 - Matriz de análise da pergunta 5

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados						UE	Resultado
			E1	E2	E4	E5	E6	E9		
5- Com a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão, quais os benefícios para o apoio à atividade operacional e para a população?										
Contributos para o apoio à atividade operacional	Rentabilização dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros	UR 5.1	X	X	X	X	X	X	6	6/6 (100%)
	Planeamento Operacional	UR 5.2	X						1	1/6 (17%)
	Garantia de Proximidade e continuação dos serviços	UR 5.3		X		X			2	2/6 (33%)
	Não haverá diferenças significativas	UR 5.4			X	X	X		3	3/6 (50%)
	Capacidade de resposta	UR 5.5						X	1	1/6 (17%)
	Rentabilização do tempo dedicado às rondas	UR 5.6		X					1	1/6 (17%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.6 Apresentação e Análise da Questão n.º 6

Tendo em consideração a pergunta 6 **“Com o fenómeno da globalização e com a perda de população para os grandes centros urbanos, do ponto de vista da segurança de que forma estes assuntos preocupam a população que permanece no interior?”**, a principal preocupação da população é sem dúvida a preocupação com a migração de serviços alcançando um consenso de 56% entre os entrevistados segundo **E10**: “(...) o interior tem sido esvaziado de muitos serviços públicos, muitas escolas tem encerrado por falta de número de alunos mínimo para o seu funcionamento, as juntas de freguesia muitas delas foram fundidas e conheceram processos de fusão no ano 2013” e **E3**: “Com o encerramento dos postos as pessoas sentem-se sempre mais inseguras, daí a nossa luta pela permanência dos postos em atividade, mesmo em aglomerados pequenos, pois não quer dizer que exista uma ausência de criminalidade e por uma questão de segurança nós defendemos sempre a permanência do posto”.

Outras preocupações também foram levantadas, 11% elencaram a diferença de perceções para os mesmos fenómenos criminais entre a população do interior e a do litoral e o desenvolvimento da criminalidade. Dos entrevistados 22% afirmaram as seguintes preocupações, o fenómeno da criminalidade móvel, a falta de efetivos, a insegurança associada ao isolamento de pessoas grande maioria envelhecida e de propriedades e por último a adaptação da instituição à realidade do interior.

Tabela 6 - Matriz de análise da pergunta 6

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados										U E	Resultad o
			E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10			
6-Com o fenómeno da globalização e com a perda de população para os grandes centros urbanos, do ponto de vista da segurança de que forma estes assuntos preocupam a população que permanece no interior?														
Preocupações da população ao nível da segurança	Diferentes percepções para eventos criminais semelhantes	U R 6.1	X										1	1/9 (11%)
	Criminalidade Móvel	U R 6.2	X		X								2	2/9 (22%)
	Migração de serviços (Posto da GNR)	U R 6.3		X			X	X	X		X		5	5/9 (56%)
	Falta de efetivos	U R 6.4		X		X							2	2/9 (22%)
	Desenvolvimento da criminalidade	U R 6.5		X									1	1/9 (11%)
	Insegurança associada ao isolamento de pessoas e propriedades	U R 6.6			X						X		2	2/9 (22%)
	Adaptação da instituição à realidade do interior	U R 6.7				X					X		2	2/9 (22%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.7 Apresentação e Análise da Questão n.º 7

No que concerne à pergunta 7, “Se para aumentar o seu desempenho operacional, a matriz territorial da GNR fosse reestruturada, levando à extinção de alguns dos postos territoriais do interior como reagiria a população a essa mudança?”, a totalidade dos entrevistados vê como negativo o encerramento dos postos, de entre os motivos apresentados destacamos o **E3**: “Tudo o que seja fechar portas estamos a contribuir para a desertificação e para o êxodo para os grandes centros urbanos, mesmo com o desenvolvimento tecnológico e com as boas vias de comunicação podemos ter um melhor desempenho, mas a presença efetiva não conseguimos substituir e é importante ver a guarda”, segundo **E8**: “A população reagiriam muito mal como é óbvio, nós já sofremos com o encerramento de alguns postos e isso causou alguma inquietação” ainda **E10** afirma: “retirando dos meios rurais uma força da ordem, uma autoridade que as pessoas muito respeitam e se habituaram a ter junto de si

seria mais uma machadada na autoestima da população do interior do país e desse ponto de vista o impacto e a reação populacional seria muito negativo”.

Tabela 7 - Matriz de análise da pergunta 7

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UE	Resultados
			E3	E7	E8	E10		
7-Se para aumentar o seu desempenho operacional, a matriz territorial da GNR fosse reestruturada, levando à extinção de alguns dos postos territoriais do interior como reagiria a população a essa mudança?								
Reação da população, relativamente à possibilidade de extinção de alguns postos territoriais	Negativa	UR 7.1	X	X	X	X	4	4/4 (100%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.8 Apresentação e Análise da Questão n.º 8

No que diz respeito à pergunta 8 “**Na possibilidade da GNR implementar Pontos de proximidade ao cidadão, do seu ponto de vista estes seriam bem aceites junto da população?**” em relação à visão da população em relação aos Pontos de proximidade ao cidadão foram recolhidos os dois pontos de vista, pessoas que viam como uma mais-valia esta implementação, como o **E3**: “onde nunca tivemos lá um posto, a implementarem lá um Ponto de Proximidade ao Cidadão certamente que seria muito bem-vindos”, no entanto nem tudo é positivo, pois segundo o **E8**: “As juntas de freguesia e as autarquias não têm de fazer tudo, nem servir de escudo para a redução de serviços públicos de referência (...) Temos de ser cautelosos em relação a esta situação”.

Tabela 8 - Matriz de análise da pergunta 8

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UE	Resultados
			E3	E7	E8	E10		
8-Na possibilidade da GNR implementar Pontos de proximidade ao cidadão, do seu ponto de vista estes seriam bem aceites junto da população?								
Visão da população em relação aos Pontos de Proximidade ao Cidadão	Positivo	UR 8.1	X	X		X	3	3/4 (75%)
	Negativo	UR 8.2	X		X	X	3	3/4 (75%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.9 Apresentação e Análise da Questão n.º 9

Em relação à pergunta 9, “De acordo com a estratégia 2020, tornar a guarda uma força, humana, próxima e de confiança, que medidas se tem implementado nas zonas rurais do nosso país para alcançar essa finalidade?” o contributo que foi elencado por todos os entrevistados foi o policiamento de proximidade garantido pelos programas especiais, segundo **E4**: “No território rural e tendo em conta o policiamento de proximidade, que é a base para essa finalidade, o que a população mais acolhe são os antigos programas especiais, agora a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, nomeadamente o núcleo da escola segura e os idosos em segurança são os mais representativos das zonas rurais”. Dos entrevistados (60%) afirmaram a rentabilização dos recursos em prol do cidadão **E4**: “o que temos feito é rentabilizar os recursos humanos em prol do cidadão (...) houve necessidade de concentrar essa componente administrativa para não termos a necessidade de empenhar militares para estes serviços administrativos em todos os postos”.

Foram também referidas, medidas implementadas no destacamento, não explanadas na estratégia, mas que vão ao encontro dessa finalidade e por último sensibilizar e educar as pessoas para a segurança, sendo que estes dois últimos contributos foram referidos por 17%, o que se traduz, em um entrevistado em cada opção.

Tabela 9 - Matriz de análise da pergunta 9

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados					UE	Resultado
			E2	E4	E5	E6	E9		
9-De acordo com a estratégia 2020, tornar a guarda uma força, humana, próxima e de confiança, que medidas se tem implementado nas zonas rurais do nosso país para alcançar essa finalidade?									
Medidas implementadas nas zonas rurais para alcançar o proposto na estratégia 2020	Policiamento de proximidade garantido pelos Programas especiais	UR 9.1	X	X	X	X	X	5	5/5 (100%)
	Rentabilização dos recursos em prol do cidadão	UR 9.2	X	X		X		3	3/5 (60%)
	Medidas implementadas no destacamento não explanadas na estratégia, mas que vão ao encontro dessa finalidade	UR 9.3		X				1	1/5 (20%)
	Sensibilizar e educar as pessoas para a segurança	UR 9.4					X	1	1/5 (20%)

Fonte: Elaboração Própria

5.3.10 Apresentação e Análise da Questão n.º 10

No que diz respeito à pergunta 10 “Com a perda de população das zonas do interior do país e tendência para uma futura desertificação, do seu ponto de vista a matriz territorial da Guarda está adaptada a essa mudança?”, a totalidade dos entrevistados respondeu que a matriz territorial se encontra desajustada, segundo o E4: “A matriz está completamente desproporcional (...) entendo que a estrutura atual não só é desadequada, como dificulta também a capacidade de resposta da GNR, pois com os mesmo recursos podíamos ter mais capacidade de resposta”, do ponto de vista de E9: “que necessitamos é fazer diferente, pois nós não podemos continuar a desempenhar o serviço da mesma forma que quando o interior tinha outra dimensão”, no entanto o mesmo entrevistado ressalva: “em termos de localização em grosso modo do dispositivo, não haverá muito a mudar relativamente aos sítios onde há uma bandeira da Guarda (...) havendo alteração da população o espaço mantém-se o mesmo e como tal aquilo que temos que fazer é fazer de forma diferente dentro do mesmo espaço”

Tabela 10 - Matriz de análise da pergunta 10

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados					UE	Resultado	
			E2	E4	E5	E6	E9			
10-Com a perda de população das zonas do interior do país e tendência para uma futura desertificação, do seu ponto de vista a matriz territorial da Guarda está adaptada a essa mudança?										
Adaptação da matriz territorial da GNR face à desertificação do interior do país	Ajustada	UR 10.1					X	1	1/5 (20%)	
	Desajustada	UR 10.2	X	X	X	X	X	5	5/5 (100%)	

Fonte: Elaboração Própria

5.4. Discussão de Resultados das Entrevistas

Apurados os resultados das entrevistas, interessa agora fundamentar os resultados obtidos tendo em conta o enquadramento teórico.

A matriz territorial da GNR permanece inalterável ao longo de vários anos, de acordo o ponto de vista dos entrevistados, verificamos que essa matriz se encontra desajustada, principalmente porque o efetivo que temos hoje em dia reduziu bastante, não se encontrando a atual matriz adaptada a essa realidade.

Face a uma reestruturação da matriz territorial da GNR, devemos ter presente que relativamente a qualquer decisão que leve ao encerramento dos postos territoriais, a

população será sempre contra o encerramento de serviços nas suas localidades, pois sofreram recentemente de acontecimentos semelhantes e como podemos ver a totalidade dos entrevistados vê como negativo o encerramento do posto, mesmo percebendo que poderão ter vantagens.

Recorrendo à estratégia 2020 da Guarda e de acordo com os três prismas: Pessoas, Movimento e Território, verificamos que a GNR se preocupa com o território do interior do país, tendo várias atribuições junto das populações.

Este trabalho teve como alvo de estudo dois distritos do interior, nomeadamente Évora e Beja, segundo apurado nesses distritos, qualquer que seja a medida implementada ao nível da reestruturação, a população, verá como negativo o encerramento dos postos, o que não vai ao encontro das pessoas, elencado no prisma, pois elas são decisivas para assegurar a iniciativa, a originalidade, a proficiência e a excelência de resultados (GNR, 2014), não devendo ser descorada a sua opinião.

A opinião das autarquias, é sempre influenciadora para qualquer tipo de reestruturação de serviços, pois na GC também foi elaborado um estudo sobre a sua dispersão territorial da GC onde se pretendia rentabilizar a sua operabilidade e eficácia, no entanto apesar do resultado do estudo ser o aumento de efetivo e o encerramento de alguns postos, tal não se efetivou tendo em conta o passado histórico e a contestação social exercida pelos municípios afetados pelo encerramento dos postos obrigou o Governo a deixar esta nova modalidade de ação em suspenso (GC, 1998).

Foram várias as preocupações elencadas pelos entrevistados sobre a temática de segurança. A migração de serviços, foi a que gerou um maior consenso, a população teme que as forças de segurança, sigam o roteiro de outros serviços públicos e abandonem as regiões do interior. A suceder-se o sentimento de segurança, das populações irá ser alterado, pois segundo Oliveira (2006) a insegurança ressentida desenvolve-se também sobre um plano psicológico, onde são produzidos sentimentos de medo pessoal e de preocupações securitárias.

Como último dos prismas, resta o Movimento que se caracteriza pela necessidade e prevalência da Segurança, face à nova dimensão das ameaças, fenómeno elencado como uma das preocupações da população, o desenvolvimento da criminalidade, e de modo a fazer face à revolução dos transportes e das tecnologias de informação, encurtando-se assim os fatores espaço e tempo, aproximando-se as pessoas (GNR,2014).

Numa sociedade globalizada e com o desenvolvimento tecnológico, a segurança enfrenta diversos desafios (Oliveira, 2006), por forma a enfrentar esses desafios a GNR na sua estratégia estabelece objetivos e linhas orientadoras.

Recordando os constrangimentos, presentes na análise SWOT da Estratégia 2020, como a perda gradual de efetivos, o desgaste do parque imobiliário. Seguindo a linha orientadora “modernizar, inovar e simplificar” que visa a aposta na inovação tecnológica ao serviço da segurança (GNR, 2014), surgem projetos, como é exemplo, o vídeo porteiro, que segundo as características recolhidas, permite ser mais um instrumento à disponibilidade do cidadão que funciona como complemento de um posto, garantindo uma imagem de modernidade e eficiência, desenvolvendo a proximidade e a interação com o cidadão.

O projeto, vídeo porteiro, insere-se em alguns dos desafios propostos na Estratégia, como por exemplo, no desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas com impacto na eficácia operacional, no obter mais-valias operacionais do desenvolvimento e na utilização de novas tecnologias (GNR, 2014).

A desertificação, que se verifica no interior com a perda de população maioritariamente para o litoral, a perda gradual de efetivos da GNR que se tem vindo a acentuar ao longo dos anos, o fenómeno da globalização que abraçou o desenvolvimento de novas tecnologias são desafios que a segurança terá de enfrentar. Assim sendo, pretendeu-se saber, na existência de uma reestruturação qual seria a melhor opção a implementar, tendo por base o Vídeo Porteiro e os Pontos de Proximidade ao Cidadão.

Várias foram as soluções apuradas com a realização das entrevistas, das quais importa realçar, as que maior geraram um consenso. Os pontos de proximidade ao cidadão, ganharam destaque sendo que o principal fator diferenciador foi a garantia de proximidade que é dada no contato pessoal, sempre preferível, pelo cidadão, do que o contato com uma máquina. O vídeo porteiro, poderá ser um complemento, quer de um posto territorial, quer de um ponto de proximidade ao cidadão. Apresentou a mesma percentagem, que uma outra solução, a agregação de efetivos num posto sede, que permitirá rentabilizar o efetivo, conseguindo com o mesmo efetivo ter mais patrulhas.

Todas estas medidas, visam ir de encontro às expectativas dos cidadãos e das necessidades reais de segurança, garantindo a proximidade e a presença da força em todo o território, otimizando a capacidade do dispositivo operacional, visando assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações (GNR, 2014).

5.5. Análise SWOT

Com o objetivo de analisar e identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e vulnerabilidades da implementação de Pontos de Proximidade ao Cidadão em zonas de menor densidade populacional do território português, procurou-se formalizar uma análise *SWOT*. A matriz apresentada, teve por base toda a informação recolhida ao longo da investigação.

Quadro 13 - Análise *SWOT*

Implementação de pontos de proximidade nas zonas de menor densidade populacional do território português		
	Positivo	Negativo
Interno	Pontos Fortes	Pontos fracos
	<ul style="list-style-type: none">- Rentabilizar de recursos, humanos, matérias e financeiros- Garantir proximidade e continuação de serviços- Adaptar a GNR à realidade local	<ul style="list-style-type: none">- Perda de quadrícula (encerramento de postos)- Escrutínio constante sobre a atuação do militar- Dificuldades em estabelecer parcerias com algumas Juntas de freguesias- A partilha de um espaço acarreta uma certa dependência
Externo	Oportunidade	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none">- Mais patrulhas nas ruas- Fazer chegar a GNR a localidades onde atualmente não se encontra	<ul style="list-style-type: none">- Alteração do Sentimento de segurança- Encerramento de Postos em algumas localidades

Fonte: Elaboração Própria

Qualquer que seja a mudança, a incerteza estará sempre presente. Incerteza em relação ao futuro, se será viável a sua implementação, se devemos mudar a atual rotina, entre outras. Estas incertezas, só acabarão por ser colmatadas com a implementação.

Tendo em consideração todos os pontos de vista recolhidos e constatando a análise *SWOT*, verificamos que os Pontos de Proximidade ao Cidadão, poderão ser uma solução a implementar, de forma a atualizar a atual matriz territorial da GNR, adaptando-a à realidade dos nossos dias.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Introdução

Finalizado o enquadramento teórico, a metodologia, a análise e discussão dos resultados, cumpre-nos agora desenvolver o capítulo das conclusões e recomendações. Este capítulo é o culminar da investigação. Sendo nele apresentada uma visão crítica sobre as temáticas abordadas, de forma a caminhar para alcançar a aguardada resposta à pergunta de partida.

Este capítulo apresenta a seguinte estrutura, principia com a resposta às perguntas derivadas garantindo assim um sustento para de seguida dar resposta à pergunta de partida. Por fim, é feito o balanço geral da investigação nas reflexões finais. Concluída a investigação serão referidas as principais limitações, que estiveram presentes no desenvolvimento do trabalho. Por último serão dadas algumas recomendações par futuros investigadores que se interessem pela temática.

6.2. Resposta às questões derivadas

Relativamente à **PD1: “Quais as dificuldades que a segurança interna enfrenta com o aumento das migrações das zonas rurais para as áreas urbanas?”**, a população do interior sofreu bastante com a migração da população para as zonas litorais e associado a este fenómeno, o interior assiste também à migração de serviços, que tendem a desaparecer em inúmeras localidades rurais. A população que permanece no interior, vinca a importância da presença/manutenção dos serviços que ainda resistem ao fenómeno da desertificação, sendo a presença física dos postos territoriais da GNR um desses exemplos.

Com o fenómeno da globalização e com o desenvolvimento tecnológico a GNR tem-se vindo a adaptar, a modernizar e tornar mais eficiente o desempenho das suas funções em prol do cidadão. No entanto, esta mudança terá de ser progressiva e deverá adaptar-se à realidade do interior, onde lidamos com uma população maioritariamente idosa que apresenta algumas dificuldades na adaptação às novas tecnologias.

É certo que as medidas implementadas pela GNR visam sempre, garantir uma melhoria da qualidade de serviços prestados ao cidadão, mas mesmo com inúmeras vantagens, a população irá sempre defender a permanência dos postos abertos, uma vez que se sentem mais seguros em saber, que a força se encontra localmente presente, numa infraestrutura.

Com a globalização e o desenvolvimento das vias de comunicação, no interior assistimos a fenómenos criminais que outrora não assistíamos, como o fenómeno da criminalidade móvel.

A criminalidade evoluiu e a população sente que a presença da GNR é fundamental para dissuadir esses eventos criminais, garantindo a segurança das inúmeras propriedades que permanecem, grande parte do tempo desabitadas, com a migração da população do interior para o litoral.

Para além da defesa pela permanência dos atuais postos, a população do interior, preocupa-se também, com a falta de efetivos. Esta constata que a instituição acompanhou o fenómeno da desertificação populacional, fazendo-se sentir a diminuição do número de patrulhas.

No que diz respeito à **PD2: “Como se tem caracterizado o desempenho da GNR para incrementar a segurança nas zonas rurais?”**, de acordo com a estratégia 2020 da Guarda, que tem como finalidade de apontar caminhos e orientações, contribuindo para tornar a Guarda uma força de segurança focada no cidadão foram tomadas algumas medidas. Nas zonas rurais, o que se tem verificado é a aposta num policiamento de proximidade, alcançado através dos programas especiais, especialmente o apoio ao idoso, uma vez que, as zonas rurais caracterizam-se por ter uma população maioritariamente idosa.

Uma outra medida verificada, é a rentabilização dos recursos em prol do cidadão, como se constata com a implementação de postos de atendimento em horário reduzido que visam rentabilizar o efetivo disponível, localmente. De acordo com a realidade de cada destacamento, são ainda também tomadas medidas, por alguns comandantes de destacamento que visam garantir a proximidade da guarda para com o cidadão, como a garantia de serviços em postos, apesar de administrativamente não serem resolvidos nos mesmos.

Outra medida que tem sido implementada e que deverá continuar a ser desenvolvida, é a sensibilização e educação da população para a segurança, tal como acontece com os idosos em relação às burlas. Educar a população é importante, porque a segurança parte de nós próprios.

Com a realização do trabalho de campo apercebemo-nos que a matriz territorial não se encontra ajustada, tendo em conta o efetivo que dispomos. No entanto, é também sabido que a população encara negativamente o encerramento dos postos, pois afeta o sentimento de segurança das populações e, face a isso, qualquer reestruturação institucional terá de ser muito bem ponderada, salvaguardando a segurança dos cidadãos.

Em resposta à **PD3: “Que pontos de proximidade ao cidadão podemos adotar/encontrar?”**, verificamos através das entrevistas realizadas que poderemos adotar o Vídeo Porteiro. Este apresenta-se como um complemento de um posto, poderá ser implementado numa instalação externa à guarda, contribuindo para garantir a proximidade e interação com o cidadão. Poderá ser implementado em locais, onde atualmente não existe nenhuma instalação física da GNR. Este sistema contribuirá para a melhoria da atividade operacional, pois complementa o serviço executado por um posto de atendimento reduzido, garantindo a presença durante o período noturno da GNR.

Relativamente à implementação de um gabinete de atendimento ao público numa infraestrutura externa à GNR (Ponto de Proximidade ao Cidadão), como uma Junta de freguesia, também poderá ser uma possibilidade viável. É garantida a presença física de um militar, são reduzidos os gastos excessivos que atualmente temos com postos que apenas necessitam de um espaço ajustado para garantirem o atendimento, rentabilizando assim os recursos humanos, materiais e financeiros.

Uma outra possibilidade também elencada seria a implementação de um posto móvel. Este teria como sede, o comando territorial, com militares afetos e guarnição própria, que percorreria as freguesias, estabelecendo um horário semanal para cada freguesia, garantindo assim a proximidade e a presença da GNR em localidades com menor aglomerado populacional.

Relativamente à **PD4: “Os pontos de proximidade ao cidadão permitem modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o desempenho da GNR nas zonas rurais?”**, a principal vantagem desta implementação seria, a rentabilização de recursos humanos, matérias e financeiros, pois o serviço de atendimento, garantido pelos postos de atendimento reduzido, não necessita de estar implementado num quartel de grandes dimensões, uma vez que, a GNR não está a usufruir da totalidade do edifício e a continuidade que é dada do serviço de atendimento e garantia de proximidade. Por outro lado, a nível operacional esta medida implicaria que teríamos sempre de escalar um homem para a o gabinete de atendimento, o que revela que a nível de efetivos as dificuldades continuavam a verificar-se.

6.3. Resposta à Pergunta de Partida

Dadas as respostas às perguntas derivadas, interessa agora dar resposta à pergunta de partida: “Serão os pontos de proximidade uma solução plausível a implementar nas zonas de menor densidade populacional do território português?”.

De acordo com os resultados apurados nas entrevistas realizadas, a matriz territorial encontra-se desajustada, surge assim esta temática, com o intuito de verificar, se a implementação de pontos de proximidade ao cidadão será o caminho a percorrer.

Atualmente temos em funcionamento postos de atendimento que funcionam em horário reduzido, em localidades onde o aglomerado populacional é reduzido conjugado com a falta de efetivo que se faz sentir. Esses postos tem dimensões excessivas, para o trabalho que desempenham, o que acarreta gastos para a Guarda desproporcionais ao que seria necessário para o desempenho dessas mesmas funções.

Com a implementação desses pontos de proximidade ao cidadão, continuaríamos a garantir o serviço de atendimento ao cidadão, mas numa infraestrutura mais reduzida, adequada à implementação de um gabinete de atendimento ao cidadão, reduzindo assim gastos excessivos que temos com a manutenção das infraestruturas que não são rentabilizados por não usufruirmos de toda a estrutura de um Posto/ Quartel.

A sua implementação, permitiria assim adequar a matriz territorial tendo em conta a realidade do interior. Para isso, seriam estudados quais as localidades que beneficiariam com a sua implementação, o que poderia levar a que localidades onde atualmente a presença física da GNR não se encontra presente, tivessem a oportunidade de ver implementado esse gabinete, permitindo alargar a presença da GNR no interior do nosso país.

Tal como explanado na análise *SWOT*, elaborada na análise e discussão dos resultados, com a implementação destes pontos não advém só vantagens, com a realização das entrevistas foram levantadas algumas dessas desvantagens.

Primeiro importa referir que a população é sempre contra o encerramento de serviços e na possibilidade de ocorrer uma substituição dos atuais postos, por pontos de proximidade ao cidadão, inicialmente não seriam bem aceites, o que afetaria o sentimento de segurança. Uma outra desvantagem é o facto do militar, ao se encontrar inserido no meio da população civil, terá de manter uma postura irrepreensível, na medida em se encontra constantemente, sob escrutínio da população, o que poderá limitar a sua atuação.

Relativamente à opinião formada com a realização das entrevistas, a implementação de pontos de proximidade ao cidadão, poderá ser uma solução plausível de implementar, a

GNR deveria enveredar por um projeto piloto semelhante ao vídeo porteiro, onde posteriormente, seria feito um balanço, sobre a possibilidade de um futuro alargamento.

6.4. Confirmação dos objetivos da investigação

Como objetivo geral para esta investigação considerou-se investigar a importância da presença da GNR, em zonas de menor densidade populacional, de forma a perceber se a implementação de pontos de proximidade ao cidadão será uma solução plausível, em zonas rurais do território português.

Para alcançar o objetivo geral foram definidos vários objetivos específicos, relativamente ao OE 1, foi abordado no capítulo 1 do enquadramento teórico que se intitula: Desafios da segurança numa sociedade globalizada e na PD 1, serviu também o capítulo 2 para dar complemento a este objetivo. Em relação ao analisar a evolução da GNR, nos últimos anos, para o sentimento de segurança da população, em especial nas zonas de menor densidade populacional. (OE 2), foi sustentado no segundo capítulo: GNR na segurança das populações e na resposta à PD 2. Pretendemos também caracterizar e descrever os pontos de proximidade ao cidadão (OE 3), que foi materializado no capítulo 3: Modelos de policiamento em complemento com a resposta à PD 3. O último objetivo específico visou analisar a influência da implementação dos pontos de proximidade ao cidadão, no apoio à atividade operacional da GNR, nas zonas de menor densidade populacional, para o seu alcance contribui o capítulo 3 e a resposta dada à PD 4.

Em suma, concluímos todos os objetivos propostos para a presente investigação.

6.5. Reflexões finais

Efetuada a investigação exorta-se a importância de dois aspetos, o primeiro, o receio da população do interior em perder serviços públicos nas suas localidades, enquadrado com a temática, o último reduto da população é o encerramento do posto da GNR. Isto prende-se com o facto, do sentimento de segurança se encontrar ligado à estrutura física, apesar da mesma não garantir a proteção dos cidadãos, quanto muito poderá ser um ponto dissuasor. Um outro aspeto é a necessidade do repensar da atual matriz territorial, visto que se encontra desajustada para a realidade dos nossos dias. Não dispomos do efetivo que outrora detínhamos e a realidade do interior é diferente, o fenómeno da desertificação populacional tem-se vindo a acentuar.

De acordo com os vários pontos de vista, o operacional e o da população, a GNR terá de caminhar para uma solução que salvaguarde as duas partes, ou seja o cidadão deve sentir a presença da instituição e saber que poderá recorrer à mesma para o auxiliar, no entanto o desenvolvimento da atividade operacional deve ser também ponderado, de forma a servir da melhor forma possível os cidadãos. Assim sendo, a implementação de Pontos de Proximidade ao Cidadão no interior, é uma solução que deve ser tida atenção, pois poderá ser o caminho a percorrer, garantindo a continuidade de militares nas localidades, a continuidade de serviços a desempenhar e o contato direto com o cidadão.

6.6. Limitações da Investigação

Decorrente desta investigação surgiram alguns obstáculos, a disponibilidade para a marcação de entrevistas presenciais, não permitiu alargar o estudo a outros distritos do interior, como tinha previsto inicialmente associada à dispersão territorial dos entrevistados, o que dificultou a recolha dos dados.

6.7. Recomendações para futuras investigações

A reestruturação da GNR é uma temática muito vasta e que necessita de ser estudada e revista, dadas as alterações e desenvolvimentos que as populações e as localidades foram sofrendo ao longo dos anos.

À semelhança desta investigação, outras modalidades serão plausíveis de ser implementadas. Assim sendo, recomendo a realização de uma investigação sobre a implementação de postos móveis no dispositivo territorial, como foi levantado na realização de entrevistas, seria vantajoso para a instituição, pois antes de enveredar por uma das várias soluções deverão ser analisadas todas as possibilidades.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. XXI, 121-139.
- Academia Militar [AM] (2016). *NEP 522/1.ª: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Alves, A. (2008). *Em busca de uma sociologia da polícia*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Alves, A. (2010). *Introdução à segurança*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Assembleia da República [AR] (1976). Decreto de 10 de abril de 1976: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, n.º 86.
- Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º. 53/2008 de 29 de agosto de 2008: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 167.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª Série, nº 213, 8043- 8051.
- Barata-Moura, J. (2008). O mundo de múltiplas vozes. In Academia internacional da Cultura Portuguesa, *Estudos sobre a globalização da sociedade civil* (pp.65-92). s/l: Academia internacional da Cultura Portuguesa.
- Campos, L. & Canavezes, S. (2007). *Introdução à globalização*. Lisboa: Instituto Bento de Jesus Caraça.
- Cavaco, C. (2004). Desafios de desenvolvimento rural: Notas de leitura. *Finisterra*. XXXIX(78), 99-112.
- Bispo, J. (2017). Globalização e globalismo. *Revista Militar*. (2581/2582), 163-188.
- Bittner, E. (1970). *The Functions of the Police in Modern Society*. Cambridge: G&H Publishers.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana Contradições e Ambiguidades* (1ªEdição). Lisboa:Edições Sílabo.
- Brito, J. (2010). *O modelo de polícia dos postos da Guarda*. Dissertação de Mestrado, V Curso de estudos avançados em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Cruz, M. (2015). *Guardar Portugal: Qual o papel da GNR?* (1ª Edição). s/l: Bnomics.

- Durão, S., 2010. Proximidade Policial: o que é?. In: *I Jornada de Segurança Interna* (pp. 113-134). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Acedido a 28 de março de 2018 em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11978/1/ICS_SDurao_Proximidade_A.pdf.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização* (5ª Edição). Loures: Lusociência.
- Giddens, A. (1996). *As consequências da modernidade* (3ª Edição). Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2006). *O mundo na era da globalização* (6ª Edição). Lisboa: Editorial Presença.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). Estratégia da Guarda 2020. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 14 de março de 2018 em <http://www.gnr.pt/estrategia.aspx>.
- Guardia Civil [GC] (2015). Carta de Servicios da guardiã Civil. In *Portal da Guardia Civil*. Acedido a 04 de abril de 2018 em http://www.guardiacivil.es/es/servicios/atencionciudadano_1/cartaservicios/index.html.
- Guardia Civil [GC] (2018). Servicio al ciudadano. In *Portal da Guardia Civil*. Acedido a 08 de abril de 2018 em http://www.guardiacivil.es/es/servicios/atencionciudadano_1/index.html.
- Guardia Civil [GC] (2015). Carta de Servicios de guardiã Civil. In *Portal da Guardia Civil*. Acedido a 04 de abril de 2018 em http://www.guardiacivil.es/es/servicios/atencionciudadano_1/cartaservicios/index.html.
- Guardia Civil [GC] (1998). Ordem General nº.22 de 11 de setembro: Criterios básicos sobre organización y estrutura de los Puestos. In portal da Intranet da Guardia Civil. Acedido em file:///H:/SIE/PERIFER/INTERNET/Gabinete%20técnico/ogc/ogc1998/ogc22_1998.htm [27/11/2012 11:45:00]
- Longstaff, G. (1893). Rural Depopulation. *Journal of the Royal Statistical Society*, 56(3), pp. 380-442.
- Lourenço, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade*. Documentos para o ensino, Instituto de direito e Segurança, Faculdade de direito da Universidade Nova de Lisboa.

- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A..
- Machado, P. (1998). Policiamento de proximidade em Portugal: teoria e prática. In Conferência internacional Lisboa, *Policiamento de proximidade* (pp. 165-168). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Machado, V. (2001). Discurso do presidente da fundação Calouste Gulbenkian. In Fundação Calouste Gulbenkian, *Globalização, desenvolvimento e equidade* (1ª Edição, pp. 11-21). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2008). Portaria nº 1450/2008 de 16 de dezembro de 2008: Organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva. Diário da República, 1ª série, n.º 242.
- Monet, J. (1993). *Polices et Sociétés en Europe*. Paris: Documentation Française.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (resolução 217 A III). In Portal da ONU. Acedido a 14 de março de 2018 em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217\(III\)&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217(III)&Lang=E).
- Policia Nacional [PN] (2018). Plan Turismo Seguro. In *Portal da Policia Nacional*. Acedido a 08 de abril de 2018 em https://www.policia.es/org_central/seguridad_ciudadana/unidad_central_part_ciudadana/part_ciudadana_turis_segur.html.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- (s/a) (2016). In *Periódico Hoy Torrevieja*. Acedido em 8 de abril de 2018 em <http://www.hoytorrevieja.es/actualidad/article/retiran-la-ofipol-tras-150-000-euros-de-inversion-y-solo-tres-denuncias>.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Santos, A. (2016). Segurança e Globalização: A perspetiva dos estudos críticos de segurança. *Proelium*. X(10), 107-114.
- Walser, J. & Anderlik, J. (2004). The Future of Banking in America: Rural Depopulation: What Does It Mean for the Future Economic Health of Rural Areas and the Community Banks That Support Them?. *FDIC banking review* 16(3), 57-95.
- Williams, P. (2008). *Security studies: An introduction* (1ª edição). Oxon: Routledge.

APÊNDICES

APÊNDICE A- MODELO DE ANÁLISE

Quadro 14 - Modelo de análise

Objetivos	Perguntas	Enquadramento Conceptual		Perguntas do Guião de entrevista
Geral: Investigar a importância da presença da GNR em zonas de menor densidade populacional, de forma a perceber, se a implementação de pontos de proximidade ao cidadão será uma solução plausível em zonas rurais do território português.	De partida: Serão os pontos de proximidade uma solução plausível a implementar, nas zonas de menor densidade populacional do território português?			
Específico 1: Identificar os principais desafios que a segurança interna enfrenta com a evolução da sociedade.	PD1: Quais as dificuldades que a segurança interna enfrenta com o aumento das migrações das zonas rurais para as áreas urbanas?	Cap. 1: Desafios da segurança numa sociedade globalizada. -Globalização -Sociedade e segurança -Desertificação das zonas rurais	Cap. 2: GNR na segurança das populações -Sentimento de Insegurança -Caracterização da matriz territorial da GNR -Estratégia da Guarda 2020	1; 2; 6
Específico 2: Analisar a evolução da GNR, nos últimos anos, para o sentimento de segurança da população, em especial nas zonas de menor densidade populacional.	PD2: Como se tem caracterizado o desempenho da GNR para incrementar a segurança nas zonas rurais?	Cap. 2: GNR na segurança das populações -Sentimento de Insegurança -Caracterização da matriz territorial da GNR -Estratégia da Guarda 2020		2; 7; 9; 10
Específico 3: Caracterizar e descrever os pontos de proximidade ao cidadão.	PD3: Que pontos de proximidade ao cidadão podemos adotar/encontrar?	Cap. 3: Modelos de policiamento -A evolução dos modelos de policiamento -O policiamento de proximidade em Espanha: <i>Guardia Civil</i>		1; 3
Específico 4: Analisar a influência da implementação dos pontos de proximidade ao cidadão, no apoio à atividade operacional da GNR, nas zonas de menor densidade populacional.	PD4: Os pontos de proximidade ao cidadão permitem modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o desempenho da GNR nas zonas rurais?			3; 4;5;8

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

A importância da presença da Guarda Nacional Republicana na segurança das populações: Pontos de Proximidade ao Cidadão

Carta de Apresentação

Aspirante de Infantaria da GNR Filipe Miguel Carvalho Afonso

Orientador: Major GNR Paulo Alexandre Severino José

Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, abril de 2018

Guião de Entrevista

No âmbito do Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança da Academia Militar surge o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), intitulado: “A importância da presença da Guarda Nacional Republicana na segurança das populações: Pontos de proximidade ao cidadão”.

Considerando o interesse da instituição em fomentar uma maior proximidade para com os cidadãos cabe à mesma verificar que medidas poderão ser implementadas para alcançar uma maior proximidade, não descorrendo a eficácia e eficiência no desempenho das suas funções e procurando inovar e modernizar a instituição eis que surgem os pontos de proximidade ao cidadão.

Com o objetivo de dar credibilidade ao respetivo trabalho, seguiu-se um método científico para a elaboração do mesmo baseado em procedimentos e técnicas, nomeadamente a entrevista, onde para isso é necessária a colaboração de entidades, nomeadamente os Ex.^{mo} Comandante Operacional, o Comandante do Comando Territorial onde se encontra implementado o projeto Vídeo Porteiro, os Comandantes de Destacamento Territorial e Presidentes de Câmaras Municipais.

Os objetivos específicos são:

- Identificar os principais desafios que a segurança interna enfrenta com a evolução da sociedade.
- Analisar a evolução da GNR, nos últimos anos, para o sentimento de segurança da população, em especial nas zonas de menor densidade populacional.
- Caracterizar e descrever os pontos de proximidade ao cidadão.
- Analisar a influência da implementação dos pontos de proximidade ao cidadão, no apoio à atividade operacional da GNR, nas zonas de menor densidade populacional.

Ao responder às questões presentes nesta entrevista está a dar um contributo fundamental para a realização do presente trabalho.

Se V.^a Ex.^a desejar, a entrevista poderá ser colocada à sua disposição, para sua apreciação, bem como poderá também ser concedido o trabalho na íntegra após a sua aprovação.

Grato Pela Sua Colaboração,

Filipe Miguel Carvalho Afonso

Aspirante GNR – Infantaria

Guião de Entrevista ao Comandante Operacional, Comandante do Comando Territorial da Guarda, Comandantes de Destacamento Territorial e aos Presidentes de Câmara

Preâmbulo de Orientação

Com esta entrevista semiestruturada pretende-se obter dados e informações, de forma a investigar a importância da presença da GNR em zonas de menor densidade populacional, de forma a perceber se a implementação de pontos de proximidade ao cidadão será uma solução plausível em zonas rurais do território português.

Por forma a estruturar a entrevista, definiu-se a seguinte sequência lógica:

1. Caracterização do entrevistado
2. Guião da entrevista:
 - a. Comandante Operacional e Comandantes de Destacamento Territorial: Questões 3, 4, 5, 6, 9, 10.
 - b. Presidentes de Câmaras Municipais: Questões 3, 6, 7 e 8.
 - c. Comandante do Comando Territorial onde se encontra implementado o projeto Vídeo Porteiro: Questões de 1 a 5.

1.Caraterização do entrevistado

Nome:	
Nível etário:	
Cargo/ Posto:	
Funções desempenhadas:	
Função atual:	
Habilitações Literárias:	

2. Guião da entrevista

- 1-Em que é que consiste o projeto Vídeo Porteiro?
- 2-Sabendo que as zonas do interior se caracterizam por uma população envelhecida como vê a reação dessas pessoas a esta mudança tecnológica?
- 3-A implementar qual lhe parece que seja mais vantajoso o Vídeo Porteiro ou um Ponto proximidade ao cidadão¹⁸?
- 4-Serão os pontos de proximidade ao cidadão uma solução para substituir postos de atendimento em regime horário reduzido¹⁹?
- 5- Com a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão, quais os benefícios para o apoio à atividade operacional e para a população?
- 6-Com o fenómeno da globalização e com a perda de população para os grandes centros urbanos, do ponto de vista da segurança de que forma estes assuntos preocupam a população que permanece no interior?
- 7-Se para aumentar o seu desempenho operacional, a matriz territorial da GNR fosse reestruturada, levando à extinção de alguns dos postos territoriais do interior como reagiria a população a essa mudança?
- 8-Na possibilidade da GNR implementar Pontos de proximidade ao cidadão, do seu ponto de vista estes seriam bem aceites junto da população?
- 9-De acordo com a estratégia 2020, tornar a guarda uma força, humana, próxima e de confiança, que medidas se tem implementado nas zonas rurais do nosso país para alcançar essa finalidade?
- 10-Com a perda de população das zonas do interior do país e tendência para uma futura desertificação, do seu ponto de vista a matriz territorial da Guarda está adaptada a essa mudança?

¹⁸ Sala ou Infraestrutura disponibilizada por Entidades Públicas (Juntas de Freguesias, Câmaras Municipais, Repartição de Finanças, etc.), que funciona como um gabinete de atendimento ao público de forma a possibilitar uma maior proximidade com a população e com as entidades públicas. Seriam implementados inicialmente em zonas rurais do nosso país onde não se justifica a presença de um posto de atendimento em regime de horário reduzido.

¹⁹ PTER que cumpre, por regra, um período de serviço de atendimento ao público contínuo (8h), podendo ser fracionado em dois períodos de quatro horas. Possui um efetivo reduzido, variável entre 1 a 13 militares e coordena, quando tem disponibilidade, as suas Patrulhas de Ocorrências com o Posto Sede associado.

APÊNDICE C - ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

C.1- Codificação alfanumérica das entrevistas

Quadro 15 - Codificação alfanumérica das entrevistas

Pergunta da Entrevista	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
1-Em que é que consiste o projeto Vídeo Porteiro?	Características do Vídeo Porteiro	Colmatar vulnerabilidades de acordo com necessidades dos cidadãos	UR 1.1
		Potenciar a proximidade e interação	UR 1.2
		Possibilidade de ser implementado numa instalação externa à Guarda (junta de freguesia, Posto de turismo)	UR 1.3
		Complemento do Posto	UR 1.4
		Imagem de modernidade e eficiência	UR 1.5
		Disponibilidade 24h	UR 1.6
		Exclusão da obrigatoriedade do pedido de autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)	UR 1.7
		Assemelha-se a uma chamada telefónica	UR 1.8
		Alargar a presença da GNR no território	UR 1.9
		Contributo para a atividade operacional	UR1.10
2-Sabendo que as zonas do interior se caracterizam por uma população envelhecida como vê a reação dessas pessoas a esta mudança tecnológica?	Reação da população	Recetividade ao serviço	UR 2.1
		Dificuldades na adaptação	UR 2.2
		Sentimento de Segurança mantem-se	UR 2.3
		Necessidade de formação para o usufruir do serviço	UR 2.4
		Perda de proximidade	UR 2.5
3-A implementar qual lhe parece que seja mais vantajoso o Vídeo Porteiro ou um Ponto proximidade ao cidadão?	Projeto mais vantajoso	Vídeo Porteiro	UR 3.1
		Ponto de Proximidade ao Cidadão	UR 3.2
		Complementam-se	UR 3.3
		Posto Móvel	UR 3.4
		Não são uma mais-valia	UR 3.5
		Concentração de efetivos no posto sede	UR 3.6

4-Serão os pontos de proximidade ao cidadão uma solução para substituir postos de atendimento em regime horário reduzido?	Solução para substituição	Sim	UR 4.1
		Não	UR 4.2
5- Com a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão, quais os benefícios para o apoio à atividade operacional e para a população?	Contributos para o apoio à atividade operacional	Rentabilização dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros	UR 5.1
		Planeamento Operacional	UR 5.2
		Garantia de Proximidade e continuação dos serviços	UR 5.3
		Não haverá diferenças significativas	UR 5.4
		Capacidade de resposta	UR 5.5
		Rentabilização do tempo dedicado às rondas	UR 5.6
6-Com o fenómeno da globalização e com a perda de população para os grandes centros urbanos, do ponto de vista da segurança de que forma estes assuntos preocupam a população que permanece no interior?	Preocupações da população ao nível da segurança	Diferentes perceções para eventos criminais semelhantes	UR 6.1
		Criminalidade Móvel	UR 6.2
		Migração de serviços (Posto da GNR)	UR 6.3
		Falta de efetivos	UR 6.4
		Desenvolvimento da criminalidade	UR 6.5
		Insegurança associada ao isolamento de pessoas e propriedades	UR 6.6
		Adaptação da instituição à realidade do interior	UR 6.7
7-Se para aumentar o seu desempenho operacional, a matriz territorial da GNR fosse reestruturada, levando à extinção de alguns dos postos territoriais do interior como reagiria a população a essa mudança?	Reação da população, relativamente à possibilidade de extinção de alguns postos territoriais	Negativa	UR 7.1
8-Na possibilidade da GNR implementar Pontos de proximidade ao cidadão, do seu ponto de vista estes seriam bem aceites junto da população?	Visão da população em relação aos Pontos de Proximidade ao Cidadão	Positivo	UR 8.1
		Negativo	UR 8.2
9-De acordo com a estratégia 2020, tornar a guarda uma força, humana, próxima e de confiança, que medidas se tem implementado nas zonas rurais do	Medidas implementadas nas zonas rurais para alcançar o proposto na estratégia 2020	Policimento de proximidade garantido pelos Programas especiais	UR 9.1
		Rentabilização dos recursos em prol do cidadão	UR 9.2

nosso país para alcançar essa finalidade?		Medidas implementadas no destacamento não explanadas na estratégia, mas que vão ao encontro dessa finalidade	UR 9.3
		Sensibilizar e educar as pessoas para a segurança	UR 9.4
10-Com a perda de população das zonas do interior do país e tendência para uma futura desertificação, do seu ponto de vista a matriz territorial da Guarda está adaptada a essa mudança?	Adaptação da matriz territorial da GNR face à desertificação do interior do país	Ajustada	UR 10.1
		Desajustada	UR 10.2

Fonte: Elaboração Própria.

C.2 - Análise de conteúdo por questão

Foi realizada a análise questão a questão do guião de entrevista que serão explanadas nas tabelas seguintes:

Quadro 16 - Análise de conteúdo da questão nº 1 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
1-Em que é que consiste o projeto Vídeo Porteiro?		
E1	UR 1.1	(...) verificamos que muitas <u>pessoas tinham necessidade</u> de ir ao posto após esse horário., <u>havendo assim constrangimentos</u> nomeadamente a falta de militares que pudessem atender os cidadãos (...) Este projeto permitiu-nos assim <u>colmatar algumas vulnerabilidades</u> encontradas (...), face à falta de efetivos é uma situação que deverá ser ponderada para o futuro.
	UR 1.2	(...) surge o projeto piloto Vídeo porteiro com o <u>intuito de potenciar a proximidade</u> entre o militar da Guarda da sala de situação e o cidadão. (...) que permite ao cidadão, <u>apesar da distância sentir que tem o apoio do militar</u> da Guarda para o auxiliar (...) O balanço deste projeto até <u>ao momento é positivo</u> (...) <u>projeto é muito intuitivo</u> , não necessitando assim de conhecimentos tecnológicos avançados para poder usufruir desta ferramenta
	UR 1.3	(...) não sou muito apologista sobre o facto de a Guarda ter este tipo de projeto fora de um aquartelamento, no entanto face à limitação dos meios <u>humanos teremos que caminhar para uma solução diferente da que conhecemos atualmente</u> , pois provavelmente não iremos conseguir manter o elevado número de postos que hoje existem (...)
	UR 1.4	A utilização do vídeo porteiro (...) é um <u>complemento do posto</u> (...)
	UR 1.5	(...) uma situação que deverá ser ponderada para o futuro, <u>transmitindo assim uma imagem de modernidade e eficiência da instituição</u> .
	UR 1.6	Em relação à utilização do Vídeo porteiro este encontra-se <u>permanentemente disponível</u> (...)
	UR 1.7	Legalmente a instalação e operação do vídeo porteiro <u>encontra-se excluída da obrigatoriedade do pedido de autorização junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)</u> .
	UR 1.10	Um militar para além de garantir o atendimento ao (...) ausentem do posto para por exemplo executarem um patrulhamento, assim o vídeo porteiro veio garantir essa <u>mais-valia que é a rentabilização do efetivo</u> .

E2	UR 1.10	Ao nível da gestão de efetivos a implementação de um vídeo porteiro, <u>permite ter menos um militar a desempenhar a função de atendimento (...)</u>
E3	UR 1.4	(...) o sistema de <u>vídeo porteiro seria bem aceite após o horário de encerramento do posto</u> , pois as pessoas sabiam que ao tocar na campainha estaria a ser dado o alerta à sala de situação
E4	UR 1.1	GNR tem ali um instrumento ao dispor, que o <u>cidadão pode recorrer em caso de necessidade (...)</u> no meu ver o vídeo porteiro seria para situações não urgentes, mas é <u>produtivo, pois é mais uma ferramenta ao dispor da população</u>
	UR 1.2	(...) as pessoas o que querem é ver alguém e se o vídeo porteiro até mostrar o guarda <u>há proximidade</u> , porque é diferente estarmos só a falar ou a ver alguém, mas com a implementação estamos sim a <u>garantir a proximidade da guarda com a população (...)</u>
	UR 1.3	o vídeo porteiro, pois até <u>nem necessita de ser implementado fisicamente num quartel</u> , poderá ser numa junta ou outro edifício.
	UR 1.10	(...) conseguiríamos ter vários vídeo porteiros dentro de um distrito, associados a um só militar na sala de situação, ou então num gabinete criado para o efeito e tendo em conta este sistema <u>conseguimos ter só um militar empenhado com vários vídeo porteiros</u> . (...) Do ponto de vista da <u>atividade operacional</u> isso seria benéfico, pois permitia-nos <u>rentabilizar o efetivo</u> .
E5	UR 1.4	O Vídeo Porteiro <u>funciona depois do horário de expediente</u> , ou seja, das 09H00 às 17H00, servindo para colmatar o fato de estarmos perante um Posto de Atendimento Reduzido.
	UR 1.8	(...) o Vídeo Porteiro <u>assume as mesmas características de um telefonema</u> , que pode ser realizada em casa do cidadão, ou no local onde a ocorrência surgiu, não sendo necessário deslocar-se ao Posto onde existe esse sistema
E6	UR 1.8	(...) o Vídeo Porteiro <u>assume as mesmas características de um telefonema</u> , que pode ser realizada em casa do cidadão, ou no local onde a ocorrência surgiu, não sendo necessário deslocar-se ao Posto onde existe esse sistema
E7	UR 1.2	(...) penso que esta poderia ser <u>uma mais-valia</u> para as freguesias que viessem a usufruir deste serviço (...)
E9	UR 1.3	(...) seja plausível de colocar <u>numa junta de freguesia ou noutra infraestrutura</u> que considerem adequada um sistema de contato (...)
	UR 1.6	(...) um sistema de contato com a <u>guarda disponível por 24h (...)</u>
	UR 1.9	Poderá haver também <u>outros locais em que hoje em dia não há a presença da guarda com nenhuma infraestrutura</u> seja plausível de colocar (...) estaremos assim a <u>alargar a presença da guarda</u> em locais que hoje em dia não se encontra efetivamente presente.
E10	UR 1.4	(...) a <u>partir do horário estabelecido quando tenham que fechar e de forma a não haver um abandono total dos cidadãos</u> acredito que a segurança se possa fazer eventualmente com o vídeo porteiro,

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 17 - Análise de conteúdo da questão nº 2 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
2-Sabendo que as zonas do interior se caracterizam por uma população envelhecida como vê a reação dessas pessoas a esta mudança tecnológica?		
E1	UR 2.1	(...) o sistema vídeo porteiro, que permite ao cidadão, apesar da distância <u>sentir que tem o apoio</u> do militar da Guarda para o auxiliar. (...) O balanço deste projeto até ao momento <u>é positivo</u> , temos obtido quer da parte dos autarcas, presidentes de junta de freguesia e alguns presidentes de câmara, mas também do cidadão que utilizaram esta ferramenta ou ouviram falar dela <u>um feedback positivo</u> . (...) Retirando a ideia do encerramento dos postos <u>que era o que temia a população</u> , no início da implementação do projeto. (...) é uma boa ferramenta para salvaguardar o apoio ao cidadão no espaço de tempo em que não há militares no posto.
	UR 2.2	Há alguma <u>dificuldade na adaptação</u> , pois nem todas as pessoas estão habituadas a lidar com as novas tecnologias (...)
	UR 2.3	Em relação ao <u>sentimento de segurança</u> da população com a implementação do vídeo porteiro segundo os autarcas (representantes da população) o <u>feedback é positivo</u> , esta inovação permite uma aproximação da guarda ao cidadão (...) <u>a tecnologia não é um entrave à segurança</u>
	UR 2.4	Relativamente ao projeto vídeo porteiro este pode vir a ser melhorado, nomeadamente com uma maior interação, <u>de modo a que as pessoas percebam</u> que apesar de o atendimento não ser efetuado no local é feito à distância, no entanto isso é indiferente, pois o que realmente importa é resolver os problemas dos cidadãos

E2	UR 2.5	(...) ao nível da proximidade a meu ver também iremos perder um bocado, pois o contato com uma pessoa é sempre diferente do que o contato com uma máquina.
E3	UR 2.1	(...) o sistema de vídeo porteiro <u>seria bem aceite</u> após o horário de encerramento do posto.
E4	UR 2.4	Teremos de elucidar muito bem a população sobre <u>qual deve ser o seu uso</u> , pois uma pessoa se estiver muito aflita não é necessário deslocar-se ao vídeo porteiro, pois pode usar o contato telefónico
E5	UR 2.5	(...) atendimento direto, realizado entre o militar e o cidadão, que <u>nunca poderá ser substituído por um telefonema ou Vídeo Porteiro</u> .
E9	UR 2.1	(...) julgo que <u>serão bem recebidas</u> porque o objetivo é melhorar o serviço para o cidadão
E10	UR 2.2	Em relação à implementação de novos sistemas tecnológicos, como o exemplo do vídeo porteiro eu penso que a população mais idosa poderá ter <u>alguma dificuldade na adaptação</u> (...) a população idosa é muito significativa no interior e o concelho de Beja é exemplo disso e teriam alguma <u>dificuldade em adaptar-se</u>
	UR 2.5	(...) <u>nada substitui a presença direta e o contato direto</u> com o militar havendo uma perceção mais exata da relação de proximidade

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 18 - Análise de conteúdo da questão nº 3 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
3-A implementar qual lhe parece que seja mais vantajoso o Vídeo Porteiro ou um Ponto proximidade ao cidadão?		
E1	UR 3.1	Hoje em dia com a limitação de recursos humanos e materiais, neste momento sou mais apologistas do <u>desenvolvimento do vídeo porteiro</u> (...)
	UR 3.2	(...) se a solução passar pelo encerramento de postos evidentemente que nós temos que dar uma resposta, sendo plausível nesse caso implementar <u>pontos de proximidade em cada junta de freguesia</u> , ou seja, não ficar só com esta rede que hoje temos, mas ficar o interior com os postos concelhios e depois ter uma rede de contatos mais alargada do que a atualidade, no futuro penso que poderá ser uma boa resposta tendo em conta as limitações ao nível dos recursos humanos que nós enfrentamos.
	UR 3.6	A <u>concentração de efetivos no posto sede</u> , permite um aumento do número de patrulhas disponíveis, ou seja, com o mesmo efetivo podemos fazer mais (...) Se um posto concelhio funcionar tendo em conta os horários de referência que temos hoje para garantir no mínimo de 3 patrulhas de ocorrências por dia necessita de 22 militares, tendo em conta que um posto no seu concelho tem 18 ou 19 e mais dois postos com 5 ou 6 juntarmos tudo num posto alcançando assim a concentração de 30 militares chegamos a conclusão que poderíamos dar 5 patrulhas diárias, enquanto no atual regime muito dificilmente conseguimos garantir as 3 patrulhas em sistema de agrupamento de postos para dar resposta às ocorrências que acontecem naquele concelho.
E2	UR 3.1	Ao nível da gestão de efetivos torna-se mais fácil a <u>implementação de um vídeo porteiro</u> , pois é menos um militar a desempenhar essa função (atendimento) (...)
	UR 3.2	(...) em termos do atendimento ao público, na dignidade que é dada à pessoa que se desloca a um posto a meu ver seria <u>mais benéfico a implementação de Pontos de Proximidade ao Cidadão</u> .
	UR 3.3	(...) Pontos de Proximidade ao Cidadão, não obstante que fora do horário de atendimento implementar o vídeo porteiro pois <u>complementar-se-iam</u> .
E3	UR 3.1	(...) o <u>sistema de vídeo porteiro seria bem aceite</u> após o horário de encerramento do posto, pois as pessoas sabiam que ao tocar na campainha estaria a ser dado o alerta à sala de situação. O horário normal do posto devia continuar e após o mesmo a implementação do vídeo porteiro seria bem aceite.
	UR 3.2	Em relação aos <u>Pontos de Proximidade ao Cidadão seriam bem aceites em zonas que não levassem ao encerramento dos postos</u> , pois a última coisa que a população quer é o encerramento de algo (...)
	UR 3.3	A meu ver <u>complementar-se-iam</u> (...)
E4	UR 3.1	Mais benéfico do meu ponto de vista parece-me ser o <u>vídeo porteiro</u> (...) O <u>vídeo Porteiro</u> acho que tem todos os benefícios e aí poderemos até exagerar e implementar uma rede em todas as juntas de freguesia (...) Tendo em conta a realidade de agrupamentos que funcionam com dois postos em atendimento reduzido, estamos a falar na possibilidade de ter mais dois militares a patrulhar e se eventualmente alguém quisesse apresentar alguma queixa a pessoa podia ter uma <u>campainha ou até mesmo o vídeo porteiro</u> e a patrulha dirigia-se lá. Rentabilizando assim o efetivo, pois enquanto

		o militar não esteve no posto a aguardar que um cidadão apareça esteve a prevenir a criminalidade, porque no posto não se previne a criminalidade, as pessoas sentem-se mais seguras mas a prevenção da criminalidade é nula.
	UR 3.4	Se cada destacamento tivesse <u>um posto móvel</u> , com militares afetos apenas <u>ao posto móvel</u> onde tivessem um horário estabelecido definindo os dias em que estão em cada freguesia, assim em vez de termos um posto de atendimento reduzido em cada freguesia a garantir o atendimento ao cidadão, estávamos a garantir na mesma o atendimento pelo menos uma vez por semana e com menos recursos onde só teríamos afetos apenas dois militares e uma viatura própria.
	UR 3.6	(...) o próximo passo antes do encerramento dos postos é a <u>concentração do efetivo</u> , e esta <u>concentração é importante</u> porque ao termos o efetivo disperso normalmente temos patrulhas com um homem (...) e isto terá de ser melhorado pois estamos a descorar a segurança, sendo que a forma para resolver esta situação passa pela <u>concentração de efetivos num posto sede</u> (...) Com essa <u>concentração de efetivos</u> conseguimos também obter mais vantagens, pois é possível <u>também concentrar materiais e viaturas</u> (...) conseguimos poupar militares que desempenhavam funções de comando e patrulheiros, e a componente administrativa que não tem que existir e <u>concentra-se tudo no posto sede</u> , inclusive os atendimentos e este é o próximo passo para melhorar o sistema, ou seja, fazer mais com o mesmo número. (...) se <u>agruparmos tudo num posto sede</u> só haverá uma escala e um comandante de posto, teríamos assim menos funções de comando e mais pessoal disponível para as patrulhas (...) o ideal é não haver postos de atendimento reduzido em primeiro lugar, em segundo lugar continuando a existir os postos de atendimento reduzido devíamos <u>optar pelo efetivo todo concentrado</u> . (...) a <u>concentração de efetivos</u> é uma medida necessária para colmatar a falta de efetivos e aumentar o desempenho operacional.
E5	UR 3.2	A implementação de <u>Pontos de Proximidade ao Cidadão</u> poderá ser uma opção viável, em particular para os Posto de Atendimento Reduzido que não possuem condições no âmbito das suas infraestruturas (...)
	UR 3.3	Penso que <u>ambos se complementariam</u> (...)
	UR 3.6	O que importa salientar é que tendo em conta a realidade atual, não é o fato de possuímos na nossa estrutura organizacional a mesma dispersão de Posto Territoriais desde há 30 anos até esta parte, que estamos a contribuir eficazmente/eficientemente para a segurança das populações, uma vez que grande partes desses Postos tem um efetivo reduzidíssimo. Imaginando que temos 3 Postos Territoriais a distar 10km entre si, com um efetivo de 5 militares cada. Naturalmente <u>que se aglutinarmos esse efetivo num único Posto</u> , garantindo o atendimento reduzido nos restantes, ou até um ponto de proximidade ao cidadão, será possível desencadear mais patrulhamento, garantindo toda a área de responsabilidade dos 3 Postos.
E6	UR 3.5	Em relação aos pontos de proximidade ao cidadão, um problema que aponto desde logo é o facto de apesar de a guarda não estar a trabalhar para uma entidade externa ainda <u>assim estava dependente de uma entidade externa</u> (...). Em termos da <u>rentabilização de efetivo</u> , <u>tal não se verifica</u> pois o militar encontrar-se no posto ou na junta a efetuar o atendimento mantém-se na mesma empenhado, para não falar <u>que logisticamente iremos estar dependentes de outra empresa</u> . (...) O vídeo porteiro poderá sofrer de um ato de vandalismo, e na minha opinião assemelha-se a uma chamada telefónica <u>não estou a ver uma grande vantagem com a sua implementação</u> , até porque uma das medidas que nós temos implementadas é que o atendimento telefónico de um posto de atendimento reduzido a partir das 17h é encaminhada a chamada diretamente para a sale de situação, por isso no meu ver o vídeo porteiro <u>não iria proporcionar nenhuma mais-valia</u> ao que atualmente existe.
	UR 3.6	(...) será que <u>agregando os militares num posto sede não rentabilizaríamos o efetivo</u> pois estamos a falar de aglomerados populacionais maiores
E7	UR 3.3	A meu ver essas duas <u>possibilidades acabariam por se complementar</u> , eu mantenho a minha opinião penso que esta poderia ser uma mais-valia para as freguesias que viessem a usufruir deste serviço, mas não vai trazer a segurança que as pessoas tinham quando tinham lá o posto a funcionar 24h por dia.
E8	UR 3.2	Em relação <u>aos Pontos de Proximidade ao Cidadão</u> do meu ponto de vista em relação às freguesias que não tem postos da GNR a funcionar penso <u>que seria sempre uma solução</u> , agora quem as freguesias que tem um posto mesmo que seja de atendimento reduzido essa população não quer perder o posto e com toda a legitimidade e como é obvio <u>quem nunca teve um posto beneficiaria com esta implementação</u> .
	UR 3.5	Em relação aos Pontos de Proximidade ao Cidadão, <u>não estou convencido que teremos vantagens em enveredar pela sua implementação</u> . (...) para apresentar um queixa ou para prestar declarações é necessário ter as condições mínimas para a garantia da privacidade, pois é essencial e não sei se todas as juntas terão condições para acolher um Ponto de Proximidade ao Cidadão e se terão condições para ter despesas com esta implementação, é um fator que irá depender em cada presidente de junta.

E9	UR 3.1	Poderá haver também outros locais em que hoje em dia não há a presença da guarda com nenhuma infraestrutura seja plausível de colocar numa junta de freguesia ou noutra infraestrutura que considerem adequada um <u>sistema de contato com a guarda disponível por 24h</u> estaremos assim a alargar a presença da guarda em locais que hoje em dia não se encontra efetivamente presente.
	UR 3.2	Na questão do atendimento ao público com um gabinete, pode haver muitos postos que hoje funcionam em atendimento reduzido que passem para esse registo, ou seja há infraestruturas que podem ser libertas e passar a ocupar-se um gabinete mesmo na própria junta (...)
	UR 3.3	Atendendo aos dois projetos julgo que <u>ambos tem a possibilidade de ser implementados no futuro pois eles acabam por se complementar</u> .
	UR 3.6	O efetivo terá que procurar <u>ser concentrado em postos sede</u> que onde se deslocam depois para ir desempenhar essa função de atendimento em locais onde permita contactar com o público no horário de funcionamento de expediente. Para isso há uma série de elementos que terão de ser alterados e não se poderá fazer da maneira atual, por exemplo um agrupamento com 3 ou 4 postos em que tenham um sargento a comandar um posto, outro a comandar outro e outro poderá ser comandado por um cabo <u>é preferível concentrar todo o efetivo num posto sede</u> e ter só um comandante de posto e um adjunto e com <u>a concentração do efetivo</u> permitir ainda dar capacidade para que o comandante de posto e o adjunto simultaneamente com as tarefas administrativas consigam também andar na rua de forma a acompanhar, corrigir e auxiliar os militares para que estes desempenhem melhor as suas tarefas.(...) Por outro lado esse efetivo associado a esses postos de atendimento reduzido fazem falta por forma a serem <u>concentrados todos os militares em locais de maior dimensão</u> onde possa haver uma massa crítica que permita fazer operações de outro género, dar formação aos militares para que a partir daquele posto possam partir para toda a zona de ação e dar resposta a todas as solicitações que existam.
E10	UR 3.2	Entre as duas opções eu defendo o atendimento ao público garantido pelos pontos de <u>proximidade ao cidadão</u> , pois eu julgo que nada substitui a presença direta e o contato direto com o militar havendo uma <u>perceção mais exata da relação de proximidade</u> .
	UR3.3	(...) <u>acredito que a segurança se possa fazer eventualmente com o vídeo porteiro, nas horas em que o atendimento não é possível</u> , mas preferencialmente defendo sempre uma solução onde exista contato presencial entre as partes (...)

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 19 - Análise de conteúdo da questão nº 4 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
4-Serão os pontos de proximidade ao cidadão uma solução para substituir postos de atendimento em regime horário reduzido?		
E1	UR 4.2	(...) os cidadãos são <u>sempre contra com qualquer tipo de encerramento de serviços</u> no interior, devido essencialmente ao encerramento de uma parte substancial dos serviços públicos que tinham ao dispor. (...) Se a <u>comunidade não sentir a presença efetiva com um edifício no local é traumatizante</u> e será difícil fazer ver às pessoas que haverá ganhos com o encerramento de postos e com a implementação dos pontos de proximidade ao cidadão em juntas de freguesia, porque a ocupação do terreno e a proximidade ao cidadão é o que transmite esse sentimento de segurança. (...) a <u>população estará sempre contra com qualquer tipo de encerramento</u> , pois o sentimento de segurança ainda se encontra muito associado ao edifício e não só à presença dos militares que patrulham as ruas.
E2	UR 4.1	Seria uma mais-valia a nível micro, pois as dificuldades que atualmente um comandante tem para rondar os postos deixariam de existir, porque o expediente desse posto estaria centralizado no posto sede (...). A um nível macro os postos territoriais como se encontram localizados em infraestruturas que acarretam algum dispêndio para a instituição, <u>seria positivo a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão</u> que possibilitariam a diminuição dos gastos de manutenção com o encerramento de postos que já não se encontram ajustados à realidade atual (...)
E4	UR 4.2	(...) temos de definir muito bem que tipo de ponto é que é este, pois se estivermos apenas a mudar o local em que o militar se encontra a deslocar o militar de um quartel para uma junta <u>para mim não é plausível, é preferível estar com está</u> . Se a solução for um vídeo porteiro, dado a possibilidade de ficar num quartel da guarda ou numa freguesia, considero que seja bastante plausível.
E5	UR 4.1	<u>Poderá ser uma opção viável</u> , em particular para os Posto de Atendimento Reduzido que não possuem condições no âmbito das suas infraestruturas. Naturalmente que

		deverá ser precavido um conjunto de medidas e premissas inerentes a tal decisão (acautelar a privacidade do atendimento; meios para distribuir os militares pelas freguesias, entre outras), <u>mas efetivamente parece-me uma solução</u> . Como já mencionado anteriormente, funcionariam no mesmo horário de expediente, sendo ainda uma forma de aproximar a GNR à comunidade local, rentabilizando custos para o estado, uma vez que apenas seria necessário uma infraestrutura. Ter como exemplo o Posto Territorial de Baleizão, cuja infraestrutura é contígua à Junta de Freguesia dessa localidade. O Posto Territorial de Beja escala todos os dias um militar para o PTer Baleizão, existindo <u>efetivamente instalações de consideráveis dimensões, em que apenas é utilizado o atendimento</u> .
E6	UR 4.2	<u>É sempre diferente</u> , isto porque a <u>nossa ação em parte está um bocado limitada</u> estando na presença de uma entidade externa (...) Um outro problema é o facto de a guarda sendo uma instituição apartidária vai se inserir numa junta de freguesia onde irá ter benefício das instalações de um partido político, o que obriga a que o comandante de destacamento se tenha de sujeitar à sua vontade (...). Quando entramos para guarda nos só temos de estar sujeitos a uma única coisa que é da instituição à qual pertencemos GNR, (...) onde para isso é da responsabilidade da Guarda dar-nos os recursos humanos e materiais para podermos desempenhar o nosso papel e <u>ao deslocarmo-nos para um edifício que não um quartel acabamos sempre por estar dependentes de uma entidade que nós não podemos regular</u> (...)
E9	UR 4.1	Eu julgo que sim, a meu ver <u>os pontos de proximidade ao cidadão serão o futuro dos postos de atendimento reduzido</u> , hoje em dia nós temos infraestruturas que são relativamente grandes tendo em conta o necessário para garantir o atendimento, tem um efetivo reduzido que não conseguem dar resposta às necessidades de um posto mas por outro lado é excessivo para aquilo que é necessário para um posto de atendimento e como tal o <u>que é necessário é nós dimensionarmos a infraestrutura para dar resposta às necessidades de um posto de atendimento</u> . As atuais infraestruturas são excessivas tendo em conta as necessidades de um posto de atendimento, porque temos espaços que não são utilizados (...) e <u>é um investimento que não tem retorno e não há necessidade de termos infraestruturas que ultrapassem as nossas necessidades</u> .

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 20 - Análise de conteúdo da questão nº 5 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
5- Com a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão, quais os benefícios para o apoio à atividade operacional e para a população?		
E1	UR 5.1	A concentração de efetivos no posto sede, permite um aumento do número de patrulhas disponíveis, ou seja, <u>com o mesmo efetivo podemos fazer mais</u> . (...) Em <u>termos operacional teremos um ganho substancial</u> pois conseguimos colocar mais efetivo na rua e as pessoas irão perceber que o fundamental não é a estrutura física do posto mas sim mais patrulhamento na rua, sendo esse o fator determinante para o aumento do sentimento de segurança.
	UR 5.2	Ao nível <u>do planeamento operacional</u> é mais vantajoso termos uma maior concentração do efetivo em vez de ele estar disperso.
E2	UR 5.1	(...) um outro aspeto positivo é o facto de a concentração de meios num posto sede <u>permite lançar mais patrulhas, ou seja conseguíamos executar um melhor policiamento da área</u> , o encerramento de um posto não significa que a GNR não irá patrulhar mais aquela zona, muito pelo contrário, o encerramento <u>permite-nos rentabilizar o lançamento de patrulhas</u> . (...) poderiam os Pontos de Proximidade ao Cidadão ser colocados em locais estratégicos tendo em conta a presente <u>realidade de forma a otimizar o efetivo</u> , implementando estes Pontos de Proximidade ao Cidadão em locais com grande afluência de pessoas (...) postos territoriais como se encontram localizados em infraestruturas que acarretam algum dispêndio para a instituição, seria positivo a implementação destes pontos de proximidade ao cidadão <u>que possibilitariam a diminuição dos gastos de manutenção com o encerramento de postos que já não se encontram ajustados à realidade atual</u>
	UR 5.3	De realçar desde logo um <u>maior contato entre a autarquia local e a GNR</u> , nomeadamente no local da implementação do Ponto de Proximidade ao Cidadão (...) alcançando assim uma <u>maior proximidade para com o cidadão</u> . (...) que com evolução tecnológica e as plataformas informáticas, <u>um militar tanto recebe uma queixa num posto territorial, como num ponto de proximidade ao cidadão</u> .

	UR 5.6	Seria uma mais-valia a nível micro, pois as <u>dificuldades que atualmente um comandante tem para rondar os postos deixariam de existir</u> , porque o expediente desse posto estaria centralizado no posto sede e nesse caso o comandante não teria de rondar localmente todos os postos mas sim deslocar-se ao posto sede onde teria o expediente todo reunido, o que permitia <u>ao comandante de destacamento rentabilizar o seu tempo</u> .
E4	UR 5.1	(...) <u>não teríamos qualquer vantagem</u> , a não ser que o quartel da GNR esteja em muito mau estado e aí sim é preferível a troca (...)
	UR 5.4	Pontos de Proximidade ao Cidadão estou mais reticente, isto <u>porque na prática não estamos a rentabilizar os recursos</u> , apenas estamos a alterar o local onde permanece o militar do quartel da guarda para uma junta de freguesia ou seja continuam empenhados, <u>um outro problema é o controlo da administração local sobre o militar</u> , pois apesar de ele não estar a trabalhar para a junta ele está a usufruir de um espaço que pertence à junta. (...) cidadão estar a implementar em substituição dos postos de atendimento reduzido só a substituir o quartel por um gabinete da junta <u>na minha opinião não teríamos qualquer vantagem</u> , a não ser que o quartel da GNR esteja em muito mau estado e aí sim é preferível a troca, mas em termos operacionais <u>não vejo nenhuma vantagem</u> , pois a parte do controlo sob a guarda é muito negativa.
E5	UR 5.1	(...) optar por uma <u>aglutinação racional de Postos de reduzidas dimensões /efetivos</u> , poder-se-á considerar que existirá consequências positivas para a atividade operacional. (...) <u>rentabilizando custos para o estado</u> , uma vez que apenas seria necessário uma infraestrutura. (...) existindo efetivamente <u>instalações de consideráveis dimensões, em que apenas é utilizado o atendimento</u>
	UR 5.3	(...) sendo ainda uma forma de aproximar a GNR à comunidade local (...)
	UR 5.4	Se a ideia seria substituir os Postos de Atendimento Reduzido pelos Pontos de Proximidade ao cidadão, <u>operacionalmente não haverá diferenças significativas, uma vez que o militar que seria escalado de atendimento no Posto desempenhará serviço no Ponto de proximidade.</u>
E6	UR 5.1	(...) há postos <u>que apresentam já um nível de degradação avançado</u> , apresentando-se com condições muito precárias de infraestruturas são postos que como dependem da autarquia acabam sempre por ficar esquecidos sendo sempre a última prioridade, porque é um instalação que a câmara não está a usufruir dela, pois a GNR é um entidade externa, no entanto acaba por ser responsabilidade da câmara mas como a mesma não usa o espaço acaba por ser deixado de parte. Agora se tivermos a falar de instalações na <u>junta de freguesia em que eles próprios partilham o mesmo espaço acredito que a pressão exercida e a atenção fosse diferente.</u>
	UR 5.4	A meu ver acho que a <u>situação permaneceria igual</u> , não estou a ver que esta implementação proporciona-se algum tipo de vantagem ou desvantagem, o número de militares empenhados seria exatamente o mesmo, por conseguinte o número de patrulhas iriam ser exatamente as mesmas.
E9	UR 5.1	As atuais <u>infraestruturas são excessivas tendo em conta as necessidades de um posto de atendimento</u> , porque temos espaços que não são utilizados e é um investimento que não tem retorno e <u>não há necessidade de termos infraestruturas que ultrapassem as nossas necessidades.</u>
	UR 5.5	O objetivo da GNR com estes projetos e aquilo que nos move é <u>no sentido de melhorar a capacidade de resposta da guarda</u> e todas estas modificações que é necessário fazer e que necessita o adaptar das instituições aquilo que são as mudanças da sociedade, necessita-mos é de procurar as melhores respostas de forma a servir o melhor possível o cidadão.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 21 - Análise de conteúdo da questão nº 6 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
6-Com o fenómeno da globalização e com a perda de população para os grandes centros urbanos, do ponto de vista da segurança de que forma estes assuntos preocupam a população que permanece no interior?		
E2	UR 6.1	Quando nos encontrarmos numa zona <u>com elevado aglomerado populacional se ocorrerem 3 a 4 furtos numa semana não são valores que choquem a população, enquanto nos meios rurais já não é assim</u> , pois 3 ou 4 crimes contra o património tem um peso muito elevado que influencia o sentimento de segurança da população influência esta que não se faz sentir com o mesmo número em aglomerados maiores.
	UR 6.2	Com o desenvolvimento das vias comunicação temos verificado o fenómeno da <u>criminalidade móvel</u>

E3	UR 6.3	A presença da GNR nas populações faz com que as mesmas se sintam seguras, por isso <u>nós defendemos sempre a permanência dos postos abertos</u> (...) Com o encerramento dos postos as pessoas sentem-se sempre mais inseguras, <u>daí a nossa luta pela permanência dos postos em atividade</u> , mesmo em aglomerados pequenos, pois não quer dizer que exista uma ausência de criminalidade e por uma questão de segurança nós defendemos sempre a permanência do posto. (...) as pessoas gostam de ver a presença física da GNR.
	UR 6.4	No meu ponto de vista os postos devem permanecer abertos e <u>deve sim existir um aumento de efetivos</u> nos postos sede que se localizam nas sedes dos concelhos, pois é onde existe mais população. (...) Compreende-se que os recursos cada vez são menos, eu recordo-mo e de ver a várias horas do dia patrulhas da GNR (...) essa presença era importante, mas sei que os tempos hoje são outros e tal não é <u>possível devido à falta de efetivos</u> .
	UR 6.5	(...) apesar da diminuição da população a <u>criminalidade desenvolveu-se</u> e evoluiu com o desenvolvimento tecnológico inerente a globalização os criminosos conseguem controlar a GNR, sabem onde se encontra a patrulha que está de serviço.
E4	UR 6.2	(...) <u>criminalidade móvel</u> que surge com o desenvolvimento das vias de comunicação também se verifica no interior
	UR 6.6	Em termos de segurança, o grande problema que temos recebido feedback negativo, é que apesar de a população ter deixado estes locais, <u>deixa sempre habitações, terrenos com casões entre outras coisas e o que acontece é que ao não haver um contato regular das pessoas com as suas coisas há determinados furtos</u> que acontecem (...) nós só temos conhecimento aquando da próxima deslocação e isso para efeitos de investigação não dá em nada, a notícia do crime é registada, mas para efeitos de investigação encontramos-nos limitados, porque tendo em conta o período de tempo em que ocorreu e a comunicação os vestígios podem já não ser possíveis de investigar, não sabemos se não entraram já lá mais pessoas por o edifício se encontrar aberto.
E5	UR 6.4	Naturalmente que para a população local <u>será sempre negativo diminuir o efetivo do Posto Territorial</u> associado à localidade, ou até mesmo passar o Posto que outrora funcionava a 24H, para um Posto de Atendimento Reduzido
	UR 6.7	O problema subsiste em garantir a segurança das populações, sendo para tal necessário que a <u>instituição se adapte à realidade atual das Zonas de ação</u> sob a responsabilidade da Guarda no geral e das subunidades em particular. (...) importa salientar é que tendo em <u>conta a realidade atual</u> , não é o fato de possuímos na nossa estrutura organizacional a mesma dispersão de Posto Territoriais desde há 30 anos até esta parte, que estamos a contribuir eficazmente/eficientemente para a segurança das populações, uma vez que <u>grande partes desses Postos tem um efetivo reduzidíssimo</u> .
E6	UR 6.3	(...) porque existe uma <u>migração de serviços</u> (...) Existindo essa perda demográfica também iremos ter menos razões de justificação para ter uma força que garanta as condições de segurança. No entanto ao retirarmos um posto de uma aldeia, <u>obviamente que nunca vai ser positivo</u> (...) do ponto de vista da população será sempre negativo apesar de para GNR ter alguns benefícios com essa solução (...) o pensamento da população é o posto estava <u>aberto agora não o está a tempo inteiro sinto-me mais insegura</u> , o que não significa que isso seja verdade.
E7	UR 6.3	A segurança das aldeias do concelho de Évora, dependem ou dependiam essencialmente do <u>posto da GNR que servia de ponto de abrigo</u> para essas populações contando assim com a disponibilidade da guarda para a prestação de apoio e sendo o posto também um fator dissuasor para eventuais pessoas que viessem prejudicar os habitantes das freguesias, pois tinham algum receio em o fazer uma vez que existia a segurança de proximidade prestada pela força presente no local.
E8	UR 6.3	A população e sobretudo a das aldeias mais pequenas tiveram sempre uma presença muito relevante da GNR nas aldeias e com o <u>encerramento de postos da GNR e com a passagem de alguns para o funcionamento apenas durante o horário de expediente</u> , foi <u>um episódio que transmitiu muita insegurança às pessoas</u> , isto acima de tudo na fase inicial pois as pessoas estavam habituadas a ter uma presença muito forte desta instituição e de uma certa forma sentiram-se órfãs com esta decisão (...) uma reunião com senhor secretário de estado da administração interna onde abordamos assuntos, como a presença da PSP e da GNR no concelho e foi-nos transmitido que <u>não iremos ter encerramento de postos no interior</u> , e essa afirmação <u>descansou-me</u> pois devido à nossa proximidade com Espanha é importante que não descoremos a segurança sendo a presença da GNR fundamental, atendendo também a dimensão do nosso concelho <u>a GNR não poderá ser reduzida mais do que aquilo que já foi</u> e deixa-mos esse aspeto bem vincado.
E9	UR 6.7	Poderemos abordar essa questão tendo em conta o <u>tipo de criminalidade que se encontra associada ao interior</u> , como os furtos de produtos agrícolas, de máquinas agrícolas e os assaltos a residências, nomeadamente onde vivem idosos, são fenómenos que se tem vindo a verificar e que mantém uma constância ao longo dos

		anos. Exige da nossa parte uma importância especial, que tem sido garantida, através do <u>lançamento de operações temáticas</u> como por exemplo o campo seguro, operação da azeitona na qual se procura dar uma resposta a estes problemas que caracterizam o interior do nosso país. (...) da nossa parte tem sido garantida <u>uma atenção especial à população idosa com a proximidade garantida pelos programas especiais</u> , no qual o dispositivo que se encontra no interior procura ter essas situações identificadas, rastreadas onde consecutivamente existirá uma ligação relativamente próxima, onde os nossos militares se deslocam com alguma frequência junto dessa população idosa que vive isolada que já se encontra sinalizada, onde em muitos casos os militares são o único contato que essas pessoas recebem garantindo assim a proximidade da GNR para com a população.
E10	UR 6.3	(...) o interior <u>tem sido esvaziado de muitos serviços públicos</u> , muitas escolas tem encerrado por falta de número de alunos mínimo para o seu funcionamento, as juntas de freguesia muitas delas foram fundidas e conheceram processos de fusão no ano 2013 (...)
	UR 6.6	(...) porque as <u>populações ficam mais isoladas, mais dispersas, são cada vez mais envelhecidas</u> e esses fatores conjugados com a falta de atenção das famílias como acontece estão criadas condições para que sejam mais facilmente assaltadas, ou burladas (...) esta questão da desertificação do interior acaba <u>por colocar alguma dose de insegurança</u> , não tanto no concelho de Beja aglomerado urbano, mas sobretudo nos aglomerados mais dispersos pelos campos e nós temos um concelho de grandes dimensões.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 22 - Análise de conteúdo da questão nº 7 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
7-Se para aumentar o seu desempenho operacional, a matriz territorial da GNR fosse reestruturada, levando à extinção de alguns dos postos territoriais do interior como reagiria a população a essa mudança?		
E3	UR 7.1	Para a realidade das nossas populações as pessoas sentem-se mais seguras em saber que na eventualidade de surgir algum problema, <u>podem deslocar-se ao posto que está lá alguém que os possa atender pessoalmente</u> . (...) Tudo o que seja fechar portas estamos a contribuir para a desertificação e para o êxodo para os grandes centros urbanos, mesmo com o desenvolvimento tecnológico e com as boas vias de comunicação podemos ter um melhor desempenho, mas a <u>presença efetiva não conseguimos substituir e é importante ver a guarda</u> na rua as pessoas gostam de ver as patrulhas tanto apegadas como motorizadas.
E7	UR 7.1	A <u>população já se encontra a reagir mal</u> tendo em conta a implementação dos postos de atendimento reduzido (...) Reagiram mal porque <u>se sentem desajudados e sentem que a sua segurança está a ser posta em causa</u> , ou seja o sentimento de segurança das populações foi afetado e embora ainda exista o posto a funcionar dentro do período diurno a população sente que esta via de funcionamento os veio prejudicar retirando alguma segurança que as populações sentiam quando o posto funcionava 24h por dia. (...) a <u>população durante o período noturno sente-se desajudada</u> .
E8	UR 7.1	A <u>população reagiriam muito mal como é óbvio</u> , nós já sofremos com o encerramento de alguns postos e isso causou alguma inquietação. Qualquer reestruturação que ocorra a GNR <u>não poderá passar pela redução do efetivo</u> (...) Esta medida afetaria não só o sentimento de segurança da população mas também dos empresários agrícolas. E a meu ver não vejo como se poderá reduzir ainda mais a presença no concelho de Moura nem desejo que isso aconteça.
E10	UR 7.1	A reação <u>seria muito negativa</u> , pois o interior tem sido esvaziado de muitos serviços públicos (...) retirando dos meios rurais uma força da ordem, uma autoridade que as pessoas muito respeitam e se habituaram a ter junto de si <u>seria mais uma machadada na autoestima da população do interior</u> do país e desse ponto de vista <u>o impacto e a reação populacional seria muito negativo</u>

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 23 - Análise de conteúdo da questão nº 8 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
8-Na possibilidade da GNR implementar Pontos de proximidade ao cidadão, do seu ponto de vista estes seriam bem aceites junto da população?		
E3	UR 8.1	(...) onde nunca tivemos lá um posto, a implementarem lá um Ponto de Proximidade ao Cidadão <u>certamente que seria muito bem-vindos</u> (...) onde nunca ouve um posto <u>seria uma mais-valia</u> (...) <u>seria vantajoso para a população</u> pois poderiam resolver lá os seus problemas evitando a deslocação
	UR 8.2	(...) encerrando o posto para abrir um gabinete na junta <u>já não seria bem vindo</u> (...) levar ao encerramento de um posto em prol desta implementação considera-mos <u>que há uma perda de recursos, estando assim a regredir</u> . (...) no sítio onde existe um posto as pessoas <u>preferem claramente a permanência do posto</u> .
E7	UR 8.1	Isso pode até <u>ser uma mais-valia mas</u> , essa prestação de apoio que a GNR poderá dar nas juntas de freguesia para qualquer esclarecimento ao cidadão <u>poderá ser benéfico</u> , mas do ponto de vista da segurança não vem a acrescentar nada pois é um serviço desempenhado durante aquele período diurno e quando as pessoas necessitarem da prestação de um serviço de segurança não poderão recorrer a esse serviço, pois esse é um serviço vocacionado para o atendimento e esclarecimento ao cidadão. (...) Em relação ao atual regime de atendimento reduzido dos postos onde o militar apenas garante o atendimento penso que <u>este poderia ser executado numa junta de freguesia onde garantíamos o mesmo serviço e com menos meios</u> .
E8	UR 8.2	(...) eu defendo que as <u>autarquias não podem nem devem fazer tudo</u> , eu penso que os postos que se encontram a funcionar em regime de atendimento devem continuar a funcionar, devemos sem dúvida nenhuma ter mais patrulhas na rua, mas não podemos descaracterizar o <i>modus operandi</i> e a forma de atendimento efetuado pela GNR. As juntas de <u>freguesia e as autarquias não têm de fazer tudo, nem servir de escudo para a redução de serviços públicos de referência</u> (...) <u>Temos de ser cautelosos em relação a esta situação</u> , acho que o país necessita de ser repensado a nível administrativo, pois temos de ter ganhos de eficiência, mas estes ganhos não passam pela redução selvagem das instituições nas localidades.
E10	UR 8.1	Estes seriam bem aceites se não forem em substituição dos atuais postos (...)
	UR 8.2	(...) se forem em substituição dos aquartelamentos <u>eu creio que não</u> , é diferente ter um ponto de atendimento informativo ou de esclarecimento de dúvidas, do que ter um aquartelamento, onde as pessoas se acabam por sentir mais seguras 24h por dia e os sete dias da semana, ainda que em pequenas localidades não funcione por 24h devido à falta de efetivo, mas mesmo com isso não há insatisfação social com o facto, agora mudando-se para um atendimento que poderá ser feito semanalmente ou duas vezes por semana julgo que pela <u>perceção social que eu tenho acarretaria uma reação negativa por parte da reação pelo menos inicialmente</u> .

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 24 - Análise de conteúdo da questão nº 9 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
9-De acordo com a estratégia 2020, tornar a guarda uma força, humana, próxima e de confiança, que medidas se tem implementado nas zonas rurais do nosso país para alcançar essa finalidade?		
E2	UR 9.1	No território rural e tendo em conta o <u>policimento de proximidade</u> , que é a base para essa finalidade, o que o a população mais acolhe <u>são os antigos programas especiais, agora a Secção de Prevenção Criminal</u> , nomeadamente o núcleo da escola segura e os idosos em segurança são os mais representativos das zonas rurais, onde no caso dos idosos que vivem isolados recebem com agrado a patrulha da guarda, pois por vezes são a sua única companhia.
	UR 9.2	(...) nos tempos que correm a saída de militares é maior do que a entrada, o que leva a que postos com efetivo inferior a 22 militares tenham dificuldades em aplicar os modelos de escalas em uso atualmente, o <u>que proporciona a que os postos com menos fluxo de trabalho (criminalidade, logístico e administrativo) passem para postos de atendimento reduzido</u> . (...) uma realidade de postos que por exemplo só tem dois militares, em que se <u>agruparmos esse posto a outro</u> , conseguimos ter um militar a executar o atendimento nesse posto e o outro desloca-se para o posto sede que na possibilidade de estar um militar disponível nesse posto sede <u>conseguimos ter dois militares para uma patrulha</u> .

E4	UR 9.1	O trabalho de aproximação quem o desenvolve é a antiga <u>secção de programas especiais</u> agora a <u>secção de prevenção criminal e policiamento comunitário</u> estes são o principal elo de ligação, não só com a população mas também com outras entidades que trabalham com a população, em um trabalho que já vem a ser desenvolvido há alguns anos e continua.
	UR 9.2	(...) o que temos feito é <u>rentabilizar os recursos humanos em prol do cidadão</u> , por exemplo uma requisição de um serviço remunerado, pois nós neste momento continuamos a aceitar a receção de informação em qualquer posto da guarda, mas essa informação não é tratada nesse posto, <u>houve necessidade de concentrar essa componente administrativa para não termos a necessidade de empenhar militares para estes serviços administrativos em todos os postos</u> . Um agrupamento em média tem três postos o que nos levava e ter também três secretarias e neste momento só temos um no posto sede, não perdendo assim a proximidade, pois até o pagamento pode ser efetuado em qualquer posto.
	UR 9.3	Aqui em Moura através de uma <u>análise executada por mim, não explicita na estratégia 2020</u> , e com o benefício de ter a predisposição das pessoas então aproximamos mais uma especialidade da população (...) Esta medida contribui assim <u>para fomentar uma proximidade da instituição com a população</u> . (...) Em relação às medidas da estratégia 2020 não estou a ver nada palpável, estas <u>situações são algo muito local</u> ao nível do destacamento de Moura através de uma análise executada por mim.
E5	UR 9.1	Essencialmente através das <u>Seções de Policiamento de Comunitário</u> , cujo patrulhamento é, entre outras missões, direcionado para zonas de população mais isoladas. Simultaneamente, quando possível, direcionar as patrulhas policiais para essas mesmas zonas, ou até mesmo as Patrulha de Ocorrência. (...) Todas estas medidas ficam a cargo do diário planeamento operacional das Subunidades, mediante as necessidades que se verificam no quotidiano de cada área à responsabilidade das mesmas.
E6	UR 9.1	Os <u>programas especiais</u> continuam a desempenhar o papel que sempre desempenharam, como a sinalização da população idosa, a população mais vulnerável, crianças em ambientes problemáticos, pessoas com deficiência, aqui para a nossa realidade o papel mais relevante é sem dúvida a sinalização da população idosa.
	UR 9.2	Na minha ótica o que podemos inovar face à redução do efetivo é talvez o aumento de patrulhamento hoje nota-mos que estamos a <u>reduzir o efetivo empenhado no atendimento para conseguirmos empenhar mais militares no patrulhamento</u> .
E9	UR 9.1	O que procuramos fundamentalmente é a ligação para com o cidadão, um exemplo disso são os <u>programas especiais</u> , e no âmbito do combate à criminalidade do interior, como o furto das alfaías agrícolas, os produtos agrícolas que são uma importante fatia na economia local. A <u>proximidade garantida</u> também nas escolas são medidas que agradam a população, que fazem com que a segurança possa ser cultivada nas próprias pessoas, por formar a evitar comportamentos de risco.
	UR 9.4	A <u>educação para a segurança</u> ainda tem um longo caminho a ser percorrido e que nunca estará concretizado, porque o primeiro elo da segurança somos nós próprios, pois nós não podemos ter uma militar em cima de qualquer acontecimento, ou perto de todas as pessoas, ou de todas as casas, terá portanto de existir uma cultura de segurança em cada pessoa. Por vezes na sociedade portuguesa existe o sentimento de que a segurança é com os outros e eles é que são responsáveis por garantir a segurança, <u>mas a segurança terá de partir de nós próprios</u> , devemos moldar o nosso comportamento quando andamos nas estradas, devemos ter o cuidado de guardar os nossos valores para prevenir um a possibilidade da existência de um assalto, no fundo devemos evitar dar qualquer oportunidade para que o crime aconteça. <u>A segurança é algo cultural e devemos tentar passar a mensagem às pessoas que a segurança começa em nós próprios</u> , devemos passar para um indivíduo que a responsabilidade da segurança está primeiramente ligada no próprio indivíduo e não nas forças de segurança e devemos no nosso dia-a-dia tentar passar este sentimento ou esta responsabilidade que cabe ao cidadão.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 25 - Análise de conteúdo da questão nº 10 da entrevista

Entrevistado	U.R	Unidade de Contexto
10-Com a perda de população das zonas do interior do país e tendência para uma futura desertificação, do seu ponto de vista a matriz territorial da Guarda está adaptada a essa mudança?		
E2	UR 10.2	A estrutura que nós mantemos atualmente já foi implementada há muitos anos atrás, tempo onde não tínhamos as vias de comunicação, nem os meios auto e moto que

		temos atualmente, tempo onde o principal patrulhamento era apeado o que não se verifica hoje em dia. Em tempos era proveitoso a existência de <u>um posto em cada localidade, mas atualmente, acredito que alguns desses postos não se justifiquem tendo em conta os moldes em que funcionam.</u> (...) Com o desenvolvimento tecnológico e com a facilidade de comunicação <u>não justifica</u> por exemplo, na minha área ter um posto que dista 3km de outro e a 6km de outro.
E4	UR 10.2	A <u>matriz está completamente desproporcional</u> , eu quando estive em Évora tive a oportunidade de fazer um levantamento histórico de todos os postos desde o início do século, em termos de efetivo e regra geral o efetivo baixou para cerca de dois terços daquilo que era. (...) A matriz territorial encontrava-se adaptada para o anterior número de recursos humanos, como no início de século, no entanto nos dias de hoje não temos esse número nem nos encontramos próximos desse número, assim sendo parece-me lógico a necessidade de a guarda se ter de adaptar, a guarda não tem de ter o mesmo número de infraestruturas que tinha porque os recursos humanos são menos. A nossa <u>matriz territorial encontra-se assim desajustada</u> , pois neste momento há quartéis a mais e com a redução da população, o melhoramento das tecnologias e as vias de comunicação que permite a proximidade com as localidades sede de concelho onde são por norma resolvidas as suas questões estes fatores tem influenciado a interação entre o cidadão e o militar do posto da Guarda. (...) entendo que a estrutura atual <u>não só é desadequada, como dificulta também a capacidade de resposta da GNR</u> , pois com os mesmos recursos podíamos ter mais capacidade de resposta (...) <u>A meu ver possivelmente 80% dos postos de atendimento reduzido tem que fechar</u> , porque entre as freguesias em cada 15km tem um posto, e atendendo às boas vias de comunicação e ao desenvolvimento dos transportes não podemos considerar um distância significativa. (...) Como é obvio o ideal seria todas as freguesias conseguirem assegurar o maior número de serviços, mas tendo em consideração a realidade do nosso país nós temos que <u>nos pautar pelo princípio da necessidade</u> , e sendo a GNR um órgão do Estado deve também adaptar-se a esse princípio, pois os atuais recursos humanos e materiais não permitem garantir a quantidade de infraestruturas que de momento dispõe.
E5	UR 10.2	No meu ponto de vista, a Guarda, como instituição permanentemente interligada com a sociedade que protege, <u>deve evoluir em consonância com a mesma</u> , respondendo em todos os momentos às exigências e vicissitudes das populações, sempre com o intuito de garantir de forma eficiente e eficaz a segurança das mesmas. (...) a <u>matriz territorial da Guarda deve adaptar-se as mudanças</u> sim, mas com consciência das necessidades específicas de cada zona de responsabilidade que lhe está legalmente atribuída.
E6	UR 10.2	Do meu ponto de vista, <u>existem postos de atendimento reduzido que se fosse por mim optava pelo seu encerramento</u> , pois não justifica a permanência lá de um militar. Se formos analisar os postos com esse regime por exemplo na área do Destacamento de Évora, tendo em conta o número de queixas apresentadas anualmente em média teremos 3 a 4 queixas, a meu ver <u>não se justifica a permanência lá de um militar para receber este número reduzido de queixas</u> .
E9	UR 10.1	Julgo que em termos de localização em grosso modo do dispositivo, <u>não haverá muito a mudar relativamente aos sítios onde há uma bandeira da Guarda</u> (...) Neste assunto temos que ter em conta dois dados muito importantes, em primeiro a população que tem sofrido alterações como sabemos temos sido alvo da desertificação das zonas do interior do nosso país e um outro dado é a dimensão do espaço e nós não podemos dissociar da GNR estes dois elementos, a população e o espaço, ou seja, <u>havendo alteração da população o espaço mantém-se o mesmo e como tal aquilo que temos que fazer é fazer de forma diferente dentro do mesmo espaço</u> , daí que seja necessário alterar o conceito do dispositivo mais no sentido de como fazer, do que propriamente ligado à presença da GNR no espaço, pois mesmo nas zonas do interior onde o fenómeno da desertificação da população está a ocorrer há outro tipo de criminalidade, onde não se pode de modo algum fazer desaparecer a presença da GNR, pelo facto de a população estar a diminuir temos sim é que encontrar formas de fazer diferente.
	UR 10.2	(...) o que necessitamos é <u>fazer diferente, pois nós não podemos continuar a desempenhar o serviço da mesma forma que quando o interior tinha outra dimensão</u> . (...) Tendo em consideração o atual panorama dos postos com atendimento em horário reduzido é algo que está enraizado e <u>julgo que necessita de ser revisto</u> , teremos que analisar a realidade do atendimento reduzido, juntamente com os horários de referência de funcionamento dos nossos militares e com a questão das normas de colocação. (...) Relativamente ao <u>número de postos essa é uma situação que depende do nível político e depende também daquilo que resulte da avaliação que seja feita ao nosso nível</u> , neste momento não poderei afirmar que irão ser encerrados ou abertos postos, é um trabalho que o comando operacional tem determinado para elaborar este ano que é a revisão do conceito de dispositivo

Fonte: Elaboração Própria.